



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

WESLEY PEREIRA DE SOUZA

***FAKE NEWS E SEMIFORMAÇÃO:*
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DE THEODOR
ADORNO**

Palmas, TO

2023

WESLEY PEREIRA DE SOUZA

FAKE NEWS E SEMIFORMAÇÃO

UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DE THEODOR ADORNO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Palmas, como requisito para obtenção do título de licenciado em Filosofia.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares.

Palmas/TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729f Souza, Wesley Pereira de.

Fake news e semi formação: Uma análise a partir da teoria crítica de
Theodor Adorno. / Wesley Pereira de Souza. – Palmas, TO, 2023.

56 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Filosofia, 2023.

Orientador: Paulo Sérgio Gomes Soares

1. Filosofia. 2. Teoria Crítica. 3. Fake news. 4. Semi formação. I. Título

CDD 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WESLEY PEREIRA DE SOUZA

FAKE NEWS E SEMIFORMAÇÃO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DE THEODOR ADORNO

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Cmpus Universitário de Palmas, Curso de Licenciatura em Filosofia, foi avaliado para obtenção do título de graduado e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 12 / 07 / 2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 PAULO SERGIO GOMES SOARES
Data: 12/07/2023 21:07:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares, Orientador, UFT

Documento assinado digitalmente
 JOSE SOARES DAS CHAGAS
Data: 12/07/2023 23:49:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Soares das Chagas, Examinador, UFT

Documento assinado digitalmente
 ONEIDE PERIUS
Data: 13/07/2023 09:29:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Oneide Perius, Examinador, UFT

Dedico este trabalho à minha mãe
Cristiane, pelo incentivo nessa jornada e
para que ela nunca deixe a escuridão chegar
ao seu espírito.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares, pela orientação nesta pesquisa, bem como, pelos diálogos esclarecedores e pelas contribuições na minha carreira acadêmica em termos de produção científica. Suas críticas sociais, ministradas em aulas, me incentivaram na busca pela ampliação da minha formação política.

À minha família, sobretudo, a minha mãe e minha avó, duas mulheres batalhadoras que incentivam seus filhos e netos a lutarem por melhores condições de vida e, acima de tudo, a serem felizes. Ao meu padrasto que sempre me incentivou na busca pelo conhecimento. Aos meus irmãos, do qual sou o exemplo de ser o primeiro neto da minha avó a cursar o Ensino Superior, para que eles nunca desistam de estudar, demonstrando que os meninos de origem humilde da periferia de São Paulo/SP também podem acessar uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. E a minha companheira, de vida e de área de formação, com quem tenho compartilhado os entraves e os avanços deste estudo e tem me incentivado nas minhas lutas. Devo a vocês o indivíduo que sou e pretendo me tornar.

Aos membros da banca examinadora, prof. Dr. José Soares das Chagas e prof. Dr. Oneide Perius por aceitarem o convite para fazer parte dessa avaliação e por dedicarem seu tempo e atenção para realizar a apreciação dessa pesquisa inicial da minha formação.

Aos professores do Colegiado do Curso de Filosofia da UFT, pela dedicação na formação de indivíduos críticos, conscientes de sua atuação para a formação política e cidadã de tantos outros indivíduos; e pelo cuidado com os discentes, sobretudo, em tempos atípicos, como os vivenciados durante a pandemia da Covid-19. Em especial, aos professores Dr. Judikael Castelo Branco, Dr. Fábio Henrique Duarte e Dr. Roberto Antonio Penedo do Amaral pelas suas contribuições em minha formação e produção acadêmica.

Aos professores Me. Euler Rui Barbosa Tavares, Cláudia Rezende Monteiro e Egídio Afonso Weber, pelas contribuições na minha formação pedagógica, auxiliando na supervisão dos meus estágios e projetos desenvolvidos dentro do campo das licenciaturas.

Aos meus colegas de curso, do mesmo período e períodos afins com os quais tive o prazer de conviver em minha formação – extensa, diga-se de passagem –, as trocas realizadas durante o curso não só tornaram possível a conclusão dessa etapa, como também permitiram me conhecer melhor, conhecer o outro, conhecer o mundo. Em especial a Ana Luísa, João Vitor e Mateus Melo, companheiros de produção acadêmica e debates existenciais; ao Abraão Souza, Adriano Luiz, Clemisson Batista, José Arnaldo, Leandra Lobato e Izabel de Maria pelas trocas significativas. Levo um pouco de cada um de vocês na minha jornada.

As turmas do curso de Teatro, que me possibilitaram uma visão estética do mundo, da realidade, a aguçaram a minha apreciação pelas artes em suas mais diversas formas de expressão. Em especial, a Bárbara Carneiro e ao Leonardo Dias, com os quais compartilhei grande parte da minha formação, percursos de ida e volta da Universidade e o período de reconhecimento dos territórios universitários.

Aos meus amigos da vida Gustavo Gomes, Kathyely Alves e Marcela Lustosa, pelas trocas de afeto, pelo convívio, mesmo que distante as vezes, e por me lembrar que eu não sou uma máquina de produção acadêmica.

Por fim, a Universidade Federal do Tocantins, por possibilitar o acesso e a permanência de um estudante de origem humilde em um curso de nível Superior em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Que eu nunca deixe de lutar por aquilo que é nosso, que é público, para que outras meninas e meninos realizem esses sonhos, famílias tenham suas vidas transformadas através da educação pública de qualidade, para criarmos as condições necessárias à revolução social que possibilite, de fato, o fim da desigualdade em nossa sociedade. *Hasta la revolución!*

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetiva analisar a relação entre as *fake news* disseminadas nas redes sociais e o conceito de semiformação, um conceito desenvolvido a partir da filosofia crítica do filósofo alemão Theodor Adorno, para mostrar como as notícias falsas podem produzir o fenômeno da alienação correlacionada com a regressão do intelecto, por diferentes fatores caracterizados na literatura adorniana. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre o fenômeno das *fake news* para trazer à tona o debate e apresentar as contradições evidenciadas pelo avanço tecnológico, acesso à internet e nas redes sociais, como partes integrantes da indústria cultural. A pesquisa demonstrou que o advento das redes sociais modificou a forma como os seres humanos se relacionam e como se tornam veículos disseminadores das *fake news* e, da mesma forma, como a semiformação, enquanto regressão da consciência, elimina a capacidade de reflexão crítica dos indivíduos, tornando-os incapazes de identificar a verdade e a mentira em um discurso. O estudo apresentou as contradições sociais presentes na sociedade capitalista, constatando que as notícias falsas somadas ao processo de regressão do intelecto, produzem indivíduos alienados, que perpetuam as condições básicas que podem levar à barbárie.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Teoria Crítica. Redes sociais. *Fake News*. Semiformação.

ABSTRACT

This completion of course work aims to analyze the relationship between the fake news disseminated on digital social media and the concept of semiformation, a developed concept based on the critical philosophy of the German philosopher Theodor Adorno, to show how fake news can produce the phenomenon of alienation correlated with the regression of the intellect, by different factors characterized in the Adorno's literature. For that, a qualitative research was carried out on the phenomenon of fake news to bring up the debate and present the contradictions evidenced by technological advances, access to the internet and social networks, as integral parts of the culture industry. Research has shown that the advent of social networks has changed the way human beings relate to each other and how they become vehicles for disseminating fake news and, in the same way, as semiformation, as regressions of consciousness eliminates the individuals capacity of critical reflection, making them unable to identify the truth and lies in a discourse. The study presented the social contradictions present in capitalist society, finding that fake news added to the regression process of the intellect produces alienated individuals who perpetuates the basic conditions that could lead to the barbarism.

KEYWORDS: Philosophy. Critical Theory. Social Media. Fake News. Semiformation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|--|
| C&T | Ciência e Tecnologia |
| PL | Partido Liberal |
| PRP | Programa de Residência Pedagógica |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| TDIC | Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação |
| TIC | Tecnologias da Informação e Comunicação |
| UE | União Europeia |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | CAPÍTULO I: SOBRE AS FAKE NEWS..... | 15 |
| 2.1 | A relação entre <i>fake news</i> e pós-verdade | 15 |
| 2.2 | Meios de propagação e formas de controle das <i>fake news</i> | 20 |
| 2.3 | Senso comum e <i>fake news</i> | 26 |
| 3 | CAPÍTULO II: SOBRE O MÉTODO..... | 30 |
| 3.1 | A relevância da Teoria Crítica acerca da sociedade burguesa | 30 |
| 3.2 | Theodor Adorno no contexto da Escola de Frankfurt | 33 |
| 3.3 | A Indústria Cultural e a Semiformação como alienação das massas | 37 |
| 4 | CAPÍTULO III: SOBRE A PESQUISA..... | 42 |
| 4.1 | A relação entre <i>fake news</i> e semiformação | 42 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| | REFERÊNCIAS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta uma análise da relação entre as *fake news* e o conceito de semiformação, a partir da perspectiva crítica do filósofo alemão Theodor Adorno (1903 - 1969), problematizando as notícias falsas em seu *locus* de atuação, a saber, as redes sociais. A ideia inicial da pesquisa é abordar os conceitos de semiformação e barbárie nos escritos adornianos para avaliar em que medida as notícias falsas produzem a semiformação nos indivíduos e estimulam a barbárie nas relações humanas.

O problema das *fake news*, enquanto fenômeno contemporâneo, aflorou com o avanço tecnológico, acesso à internet e uso intensificado das tecnologias digitais associados à disseminação de informações em massa nas redes sociais, criando realidades paralelas à vida física dos indivíduos, uma realidade digital que interfere profundamente nas relações sociais, mas a partir de um terreno virtual em que ‘vale tudo’. Como resultado do avanço e da democratização da internet ainda no final do século XX, as redes sociais ampliaram o seu alcance, perfazendo um potente universo dos meios de comunicação de massa, sobretudo após o advento da pandemia da Covid-19 e as medidas de distanciamento físico em 2020 e 2021, que exigiram o aprimoramento dos meios de comunicação à distância e uso intensivo das redes pelos indivíduos de todas as classes sociais, em maior ou menor grau.

Evidentemente, as redes sociais estão disponíveis cada vez mais na vida das pessoas, mas, como tudo que permeia a realidade social, as relações digitais estão repletas de contradições. As redes sociais estão no campo da dialética da razão, naquele sentido de que tanto podem ser usadas para o bem quanto para o mal, tanto para promover a libertação quanto para fortalecer a dominação etc., embora seja inegável que o avanço da internet representa um desenvolvimento e um aprimoramento incomensuráveis para a vida humana, desde o uso para mediar as relações sociais, para mediar o diálogo com a educação e a ciência nas diversas áreas do conhecimento - as técnicas cirúrgicas, medicamentos e vacinas, sistemas de segurança de dados pessoais e bancários, etc. - até as formas de se comunicar, estudar e se relacionar com outras pessoas e com o mundo. A síntese desse processo dinâmico nas relações sociais revela as contradições e os problemas comunicacionais no que tange à criação e o compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais.

Portanto, parte-se do pressuposto de que as redes sociais se inserem em um campo que lida com questões ideológicas para muito além das disseminadas pela televisão e pelo rádio, que sempre foram utilizados conforme os interesses da elite dominante e com o objetivo de alienar a população subjacente aos interesses do mercado. Hoje, as redes sociais abarcam uma

série de recursos em plataformas, *sites*, *blogs*, *links*, *apps*, etc., que permitem, além da reprodução espiritual, denominada por Adorno como indústria cultural, as distorções das notícias e a desinformação, taxadas apenas como narrativas. Então, as redes sociais integram uma parte substancial da indústria cultural, com aparatos prontos para veicular ideologias e perpetuar o *status* dominante nas sociedades capitalistas.

Elas seguem a mesma lógica da mídia tradicional quando permitem o acesso irrestrito a uma infinidade de conteúdo para atender aos interesses diversos, mas o indivíduo semiformado está em “estado informativo pontual” (ADORNO, 2010), uma condição de restrição da experiência em que ele é capturado pela efemeridade das próprias informações, passando de uma à outra, de forma rápida e confortável. Nesse processo, a indústria cultural anestesia os sentidos intelectuais dos indivíduos, impedindo-os de refletir criticamente sobre as relações sociais, um fenômeno que Adorno atribui a semiformação. A semiformação, por sua vez, tolhe a capacidade dos indivíduos de identificar se um discurso reflete a realidade e está sendo utilizado para aliená-los.

Além disso, a cultura burguesa, por exemplo, apropriou-se dos meios de comunicação – das redes sociais – utilizando-os para anestesiá-los os sentidos humanos, a fim de impelir com mais fluidez as massas à lógica consumista da sociedade capitalista e camuflar a incapacidade do capitalismo em promover a felicidade e o bem-estar social a partir das relações de produção engendradas por ele.

Dentro desse contexto, este trabalho envolve questões da Ética e da Filosofia Política, procurando contribuir com a discussão sobre os impactos das *fake news* na sociedade contemporânea, a luz dos conceitos adornianos supracitados. Para tanto, foram utilizados como referenciais teóricos autores que se debruçam sobre a temática das *fake news*, bem com aqueles que fornecem as bases teórico-conceituais e metodológicas para fundamentar o objeto de pesquisa, no caso, os frankfurtianos Adorno e Horkheimer, Jay (1989) e Wiggershaus (2002).

É um consenso que as *fake news* se tornaram um problema social, afetando Estados, empresas, instituições sociais, figuras públicas e a própria ideia de democracia como a conhecemos. Tal problema necessita de estudos contextualizados e que envolvam um olhar interdisciplinar por filósofos, sociólogos, psicólogos, teóricos da comunicação e do direito etc.

A pergunta que norteou a pesquisa foi a seguinte: como as notícias falsas disseminadas nas redes sociais impactam a formação humana, mais especificamente, como impactam a consciência dos indivíduos a ponto de gerar a falsa consciência? A hipótese proposta relaciona as *fake news* aos mecanismos da indústria cultural para perpetuar a semiformação dos

indivíduos na sociedade capitalista, e impacta diretamente na consciência dos indivíduos semiformados, tanto em relação a sua atuação nas redes sociais quanto na realidade física.

O objetivo geral do presente estudo é analisar a relação entre as *fake news* disseminadas nas redes sociais e o conceito de semiformação a partir da literatura crítica de Theodor Adorno, evidenciando a relação entre as notícias falsas divulgada nas mídias e o processo de regressão do intelecto, proposto pelo filósofo alemão. Enquanto objetivos específicos, procurou-se compreender o termo *fake news* com base em sua relação com a pós-verdade e o contexto metodológico do conceito de semiformação, relacionando o termo e o conceito.

A investigação filosófica-científica seguiu o método do materialismo histórico e dialético, conforme a tradição da Escola de Frankfurt, procurando evidenciar as contradições do fenômeno e produzir sínteses da realidade social em seu atual estágio de desenvolvimento, ou seja, mostrar dialeticamente a relação entre *fake news* e semiformação nas sociedades capitalistas.

O texto dissertativo está estruturado em três capítulos. O Capítulo I explora o fenômeno das *fake news*, buscando conceituá-lo e identificá-lo como um fenômeno da era da pós-verdade, com *locus* de disseminação nas redes sociais e os seus impactos sobre o senso comum. O Capítulo II historiciza e contextualiza a Teoria Crítica, seguido da apropriação do filósofo alemão Theodor Adorno como membro da Escola de Frankfurt e as suas contribuições teórico-conceituais em evidência ao longo do texto. O Capítulo III traz a análise, em si, do fenômeno das *fake news* a partir dos conceitos adornianos, com foco nas relações entre a indústria cultural, a semiformação e a barbárie.

2 CAPÍTULO I: SOBRE AS FAKE NEWS

O objetivo do capítulo é delinear a temática da investigação, a saber, as *fake news* e a sua relação com a pós-verdade, compreendendo os meios de disseminação nas redes sociais, formas de controle e a influência sobre o senso comum. Para tanto, a temática foi abordada a partir de autores contemporâneos como Michel Paty, Rubem Alves e Silvio Genesini.

2.1 A relação entre *fake news* e pós-verdade

A verdade, desde a muito tempo, tem sido constante objeto de investigação filosófica e algumas correntes a definiram como uma realidade absoluta, enquanto outras a relativizaram. Entretanto, a dicotomia entre a verdade e a mentira, o verdadeiro e o falso fazem parte dos discursos e da realidade, da visão de mundo que os indivíduos sustentam. Enfim, como diz Genesini (2018, p. 48), é ingenuidade pensar que a verdade existe e é objetiva, pelo contrário, “a verdade, quase sempre, é subjetiva e não conhecível”.

Historicamente, na Grécia Antiga havia um embate acerca do conceito de verdade. De um lado, o pensamento platônico compreendia a verdade enquanto caráter de virtude. Por outro lado, na perspectiva sofista, a verdade se relativiza como instrumento de convencimento por meio da linguagem, valorizando a técnica do discurso em detrimento da ética (ECCARD; DURIGON, 2021, p. 79).

Na Idade Média houve uma tentativa de conciliação entre razão grega e fé cristã, integrando a Filosofia e a Teologia, embora com limites e hierarquias entre elas, mas a busca pela verdade foi marcada pela relação de cooperação entre a argumentação racional e a revelação divina.

A Idade Moderna trouxe uma busca incessante pelo desvelamento da verdade como algo que está por ser descoberto, tendo em vista que a realidade está repleta de verdades prontas para serem reveladas. É possível apreender isso na busca pela verdade como “método” no pensamento do filósofo francês Rene Descartes (1596-1650), ou ainda, na contemporaneidade, a retomada pelo filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) do conceito *aletheia* – como “o que não está oculto” – para representar a verdade (ECCARD; DURIGON, 2021, p. 80).

Enquanto busca, a verdade está intimamente ligada à realidade, contudo, cabe ressaltar que as diferentes versões e discursos acerca da realidade podem ser distorcidos, falseados, manipulados. Na atualidade, sobretudo no campo virtual, com o avanço da internet, a disputa pelas chamadas narrativas tem se disseminado, modificando a compreensão da realidade e do conceito de verdade, relativizando-o ao extremo. Nesse sentido, “deve-se perceber que a

informação propagada virtualmente nem sempre está atrelada a uma realidade factual” (ECCARD; DURIGON, 2021, p. 81).

O filósofo francês Alain Badiou lembra que nós, modernos, temos a tendência de conferir ao que está escondido, ao que podemos enxergar por uma fresta, muito mais do que aquilo que é visível de modo claro. O que é da ordem do que se revela como um **escândalo**, do que é descoberto, é a ‘verdadeira realidade’ (GHIRALDELLI JUNIOR, 2019, p. 125, grifo nosso).

O presente excerto parece se referir diretamente ao contexto das *fake news*, popularmente conhecida como notícias falsas, em tradução literal, para conotar às informações comprovadamente mentirosas e compartilhadas nas redes sociais como se fossem reais e verdadeiras, mas têm como objetivo principal desinformar e enganar os leitores. Bounegru *et. al.* (*apud* DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157) asseveram que quem dissemina notícias falsas tem uma intenção e “para se tornar *fake news* eles precisam mobilizar um grande número de públicos – incluindo testemunhas, aliados, reações e partilhas, assim como oponentes para contestar, sinalizar e desmenti-los”. Além disso, os autores acrescentam ainda que não é possível dissociar a responsabilidade pela propagação das notícias falsas das plataformas pelas quais elas são veiculadas:

As notícias falsas podem ser consideradas não apenas em termos da forma ou conteúdo da mensagem, mas também em termos de infraestruturas mediadoras, plataformas e culturas participativas que facilitam a sua circulação. Nesse sentido, o significado das notícias falsas não pode ser totalmente compreendido fora da sua circulação online (BOUNEGRU *et al* *apud* DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157).

As *fake news* são disseminadas pelas redes sociais, atingindo os mais diversos públicos em diferentes esferas da vida – no trabalho, no lazer, etc., em ambientes públicos e privados, bem como as diversas áreas do conhecimento são afetadas diretamente pelas notícias falsas, como a saúde, a educação e o meio ambiente, por exemplo. Na área da saúde, cabe citar a diversidade de notícias falsas produzidas durante a pandemia da Covid-19, algumas delas chegando a negar até a existência do vírus em prol de uma teoria da conspiração, dissuadindo as pessoas a não tomarem as vacinas, optando por tratamento com remédios comprovadamente sem eficácia, como foi o caso de se estimular o uso da cloroquina e da ivermectina no tratamento. Na educação, cita-se os falsos discursos de que as escolas estariam distribuindo ‘kits gay’ aos estudantes e que as Universidades seriam um antro de balbúrdia e doutrinação marxista, o chamado marxismo cultural. Em relação ao meio ambiente, as notícias falsas se alastraram negando o aquecimento global, fator que fez aumentar do número de focos de desmatamento e queimadas na Amazônia, por exemplo.

De acordo com Newman *et. al.* (2018), a combinação de ausência de regras e a existência de algoritmos que favorecem a disseminação de conteúdos com maior possibilidade

de engajamento fez com que as notícias falsas e versões distorcidas da realidade se amplificassem nas redes sociais (NEWMAN *et. al. apud* DELMAZO; VALENTE, 2018). “Então, eis que cada enunciado vale como uma versão. Cada um pode falar o que quiser sobre qualquer assunto ou acontecimento. O mundo se transforma em um conjunto de narrativas enquanto meras narrativas” (GHIRALDELLI JUNIOR, 2019, p. 148).

Diante desse quadro, o maior desafio das redes sociais, mídias jornalísticas, órgãos estatais e entidades nacionais e internacionais tem sido a de estabelecer critérios e mecanismos de verificação e distinção das informações verdadeiras das falsas dispostas na rede. Da mesma forma, no campo jurídico as medidas de contenção precisaram ser tomadas para estabelecer uma regulamentação para os conteúdos disseminados nas redes sociais, seja para controlar as informações em quaisquer meios, seja para garantir os direitos fundamentais, dentre eles, o direito à informação, com um limite de respeito aos Direitos Humanos.

No Brasil, a regulamentação – o Projeto de Lei nº 2630, de 2020 – estabeleceu critérios para evitar, de um lado, a regulamentação excessiva, que poderia colocar em risco à liberdade das pessoas, de outro, demarcar os limites para a produção e compartilhamento de conteúdos na rede, dentre eles, os discursos de ódio, as notícias falsas etc.

Uma pesquisa portuguesa em relação às *fake news* mostrou a descrença da população nas mídias tradicionais, constatando que somente “43% dos entrevistados confiam nas mídias” (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 159), um percentual baixo que apontou a existência de fatores para a descrença, dentre eles, a polarização política. Isso fez com que muitas pessoas migrassem da mídia tradicional – TV e rádio – para as redes sociais, ficando expostas ao consumo de notícias que podem não representar a verdade dos fatos, sobretudo quando são capturadas por algoritmos e acessam redes de grupos que privilegiam postagens com visões de mundo que confirmam, muitas vezes, os valores conservadores reforçados pelo senso comum.

No campo da política existe um terreno fértil para a produção e divulgação de notícias falsas. As *fake news* são “um novo tipo de desinformação política” (GUESS; NYHAN; REIFLER *apud* DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157). Deixou de ser importante informar o leitor acerca da realidade e mostrar a verdade dos fatos, pois o novo mote político é divulgar informações falsas, maquiagem dados, insuflar pesquisas, atacar adversários políticos com notícias mentirosas e manipuladas. A sociedade contemporânea vive a era pós-verdade e “a pós-verdade é uma notícia falsa” (GENESINI, 2018, p. 46).

A pós-verdade, hoje, possui uma definição, sendo um conceito que está sendo amplamente difundido e discutido. Trata-se do termo em inglês *post-truth*, cuja origem remonta a uma expressão utilizada pelo dramaturgo sérvio Stojan Steve Tesich, em 1992, retomada pelo

escritor estadunidense Ralph Keyes, em 2004, mas que se popularizou após dois acontecimentos, ambos ocorridos em 2016. Em primeiro lugar, a saída do Reino Unido do bloco político-econômico da União Europeia (UE), evento apelidado de *Brexit*. Em segundo lugar, a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, marcada por acusações de uso notícias falsas e possível influência russa na decisão do pleito.

Neste mesmo ano, 2016, a palavra foi adicionada ao dicionário Oxford como adjetivo “*relating to circumstances in which people respond more to feelings and beliefs than to facts*” (OXFORD, 2016)¹. O adjetivo foi eleito como a “palavra do ano” pelo dicionário inglês, sobretudo, pelo crescimento exponencial naquele período.

Tanto a votação do *Brexit*, quanto a eleição estadunidense, em 2016, foram marcadas pelas enxurradas de notícias falsas e apelos aos sentimentos e as crenças individuais, com discursos inflamados e propagados nas redes sociais, com diferentes nuances. No caso estadunidense, sob o mote *Make America great again* ou “Faça a América grande novamente” (tradução nossa), Trump acusava o processo globalização pelo desaparecimento dos empregos no país, envolvendo nos seus discursos agressivos o ódio aos imigrantes, sobretudo os latino-americanos. Os discursos com apelo sentimental estavam voltados para tocar a sensibilidade dos eleitores que compartilhavam as mesmas crenças, sobretudo, das regiões periféricas e estados mais conservadores, que já não se achavam mais beneficiados pelo progresso do mundo (GENESINI, 2018).

Em relação ao *Brexit*, nota-se algo semelhante, notícias falsas divulgadas na *web* afirmavam que os ingleses, se permanecessem no bloco europeu, teriam de suportar a adesão de países da Europa Oriental na organização europeia, como a Turquia, por exemplo, além dos refugiados e imigrantes que ingressariam no Reino Unido para usurpar as vagas de trabalho, mobilizando a opinião pública contra a permanência, sobretudo, os homens, os brancos e com salários baixos, moradores do interior e com menor escolaridade (GENESINI, 2018).

No entanto, Genesini (2018, p. 48) assevera:

não há nenhum estudo objetivo, que eu conheça, que prove que a globalização piorou o mundo. Há muitos que demonstram que hoje o planeta é melhor do que já foi em qualquer outro tempo. Tal conclusão pode ser uma verdade objetiva para muitos, mas há uma distância muito grande entre esse entendimento e a capacidade dos líderes atuais de convencerem a população que as vantagens do crescimento foram distribuídas de maneira equitativa e equilibrada para a maioria.

É possível perceber o quanto as crenças pessoais e os sentimentos aflorados afetam a visão de mundo e encobrem a realidade, em outras palavras, a visão de mundo ao mesmo tempo

¹ Relacionado a circunstâncias nas quais as pessoas respondem mais aos sentimentos e crenças do que aos fatos. (Tradução nossa)

em que é reforçada, enquanto senso comum, acaba sendo distorcida da realidade, escondendo a verdade dos fatos. Os indivíduos tendem a aceitar os conteúdos e opiniões que corroboram com seus pontos de vista, por serem agradáveis às suas crenças e valores, mas a desinformação conduz a graves problemas, como o esquecimento de checar das informações. Parece que tudo passa a ser aceito num único ‘pacote’.

Então, fica evidente que a pós-verdade, enquanto notícia falsa, não se refere apenas a mentira, a manipulação de informações e a falsificação dos fatos, mas de uma estrutura que permite a construção de narrativas que vão ao encontro das crenças e valores das pessoas, sobretudo aquelas que possuem menos acesso à informação contextualizada como fonte. Trata-se, portanto, de uma rede muito bem articulada e com intenções bem definidas capaz de unir aspectos da realidade objetiva, endossadas por interpretações plausíveis para privilegiar versões enganosas e interesses dissimulados, mas aceitas e, conseqüentemente, direcionadas para alcançar o público simpatizante das ideias e conquistar adeptos.

Alguns consideram que o discurso da pós-verdade corresponde a uma suspensão completa de referência a fatos e verificações objetivas, substituídas por opiniões tornadas verossímeis apenas à base de repetições, sem confirmação de fontes. Penso que o fenômeno é mais complexo que isso, pois ele envolve uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira (DUNKER, 2017, p. 38).

Antes da pós-verdade não existia uma sociedade que cultuava a verdade e engana-se quem assim pensa. Segundo Genesini (2018, p. 48), “quem sustenta que as notícias falsas são responsáveis por estarmos vivendo em um mundo pós-verdadeiro acha que antes havia um mundo em que a verdade existia e era objetiva. O real é que tal mundo nunca existiu”. O autor acrescenta que “não há nenhuma novidade na tentativa de falsificação política através da distorção de fatos e informações. O novo é que estamos em uma nova era, turbinada pela internet e pelas redes sociais, em que o crescimento é viral e o efeito, exponencialmente explosivo” (GENESINI, 2018, p. 49).

Nessa nova realidade, sobretudo, na virtual, a técnica do discurso é valorizada em detrimento da verdade do discurso, em outras palavras, “algo que aparente ser verdade é mais importante que a própria verdade” (FIGUEROA *apud* ECCARD; DURIGON, 2021, p. 84). Com isso, abre-se espaço para o crescimento de acessos às informações sensacionalistas, bem como, a participação dos usuários internautas em grupos que defendem, em suas postagens, as mesmas visões de mundo, ou seja, há um compartilhamento de crenças diversas.

A pós-verdade trouxe um perigo real para a democracia, tendo em vista que o cenário das redes sociais abrange o campo da política e o poder de convicção das mensagens

sensacionalistas e a capacidade de seduzir o eleitorado podem levar a situações de desgaste e corrosão dos estados democráticos. Na lógica do digital, uma vez que o conteúdo agrada os eleitores já se torna motivo suficiente para o compartilhamento da informação, sem sequer checar a veracidade.

Ao longo desse debate, observa-se que foi possível constatar que o falseamento da realidade não é um fenômeno recente, antes, trata-se de uma prática utilizada de diversas formas ao longo da história humana, intensificada na contemporaneidade pelo compartilhamento intencional de notícias falsas voltadas para desinformar e enganar as pessoas a fim de atender a interesses pessoais e específicos de grupos e pessoas.

2.2 Meios de propagação e formas de controle das *fake news*

A fim de melhor compreender o fenômeno das redes sociais como mecanismo de compartilhamento das *fake news* na atualidade, faz-se necessário uma análise histórica dos meios de comunicação de massa como difusores de informação e comunicação. Por comunicação de massa entende-se a forma de transmissão de informações a um público grande, heterogêneo e anônimo, bem como, mensagens públicas, rápidas e transitórias. Além de informar, a comunicação de massa deve ser capaz de divertir, ensinar e persuadir seu público (BERTOLINI, 2019).

Os principais meios de comunicação de massa são: jornal impresso, desenvolvido após a criação da prensa móvel pelo alemão Johannes Gutemberg (1400-1468), já bastante disseminado na Europa no início do século XVII, no entanto, difundido no Brasil apenas no início do século XIX, com a chegada da máquina imperial portuguesa ao país; cinema, com suas primeiras sessões no início do século XX; rádio, com acesso democratizado a partir da década de 1930; televisão, popularizada na Europa e nos Estados Unidos na década de 1950 e, posteriormente, no Brasil, na década de 1970 e; a internet, criada inicialmente para propósitos militares e depois direcionada para fins comerciais, comunicacionais, dentre outros a partir dos anos de 1990.

Os meios de comunicação como jornal impresso, cinema, rádio e televisão são as denominadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Contudo, por serem mais antigas, estudiosos tem usado o termo Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

(TDIC) para se referir a gama de meios de comunicação mais recentes disponíveis na internet², no caso das redes sociais.

O termo Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC – é o mais comum para se referir aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos, incluindo-se computador, internet, tablet e smartphone. Como o termo TIC abrange tecnologias mais antigas como a televisão, o jornal e o mimeógrafo, pesquisadores têm utilizado o termo Novas Tecnologias para se referir às tecnologias digitais (Kenski, 1998) ou Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC – (Baranauskas; Valente, 2013). (COSTA; DUQUEVIZ; PEDROZA, 2015, p. 604).

Para fins de conceituação, o termo TDIC será utilizado para se referir aos dispositivos – celular, *smartphone*, *tablet*, *notebook*, computador etc. –, e plataformas digitais – *apps*, *sites*, jornais, *blogs* etc. –, que permitem o acesso e o compartilhamento de informações pela internet nas redes sociais.

Em relação às TDIC, vale ressaltar o impacto e a velocidade para divulgação das *fake news* que as redes sociais possuem se comparado as TIC e, isso ocorre porque as redes sociais possuem dispositivos de engajamento das pessoas como, por exemplo, botão para curtir, comentar ou compartilhar uma publicação.

O ato de compartilhar é uma forma direta de transmitir uma informação para outro usuário. Contudo, existe uma maneira indireta de transmissão de informações na rede, qual seja, o engajamento que uma publicação alcança. Uma vez que os algoritmos das redes sociais identificam que uma postagem possui um engajamento alto – curtidas e comentários –, ela divulga aquele conteúdo para mais usuários, a fim de mantê-los atualizados sobre as novidades da rede. O problema desse sistema está no fato de que as redes sociais lucram com a permanência dos usuários *online*, não necessariamente de forma crítica. A este respeito, Genesini (2018) assevera que

Algoritmos que são otimizados para audiência e publicidade não o são para criar o ambiente de desconfiança e questionamento que seria necessário para que publicações suspeitas fossem naturalmente detectadas. Pelo contrário, a tendência é de que vejamos nas páginas aquilo de que já gostamos e com que concordamos. Se temos preferência, a chance é alta de que mais parciais, em relação ao tema tratado, ficaremos (GENESINI, 2018, p. 56).

Assim, as redes sociais se tornam ambientes propícios para a propagação das *fake news*, uma vez que os internautas não apresentam resistência aos conteúdos visualizados, embora esse pressuposto assertivo não responda por que as pessoas compartilham as notícias falsas nas redes.

² Para fins de exemplificação, o *Facebook* foi criado em 2004, *YouTube* em 2005, *Twitter* em 2006, *WhatsApp* em 2009 e, o mais recentemente ainda, o *Instagram*, que foi lançado em 2010.

Além dos algoritmos supracitados, há fatores que podem impulsionar o compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais como, por exemplo, os interesses políticos e econômicos de grupos ou indivíduos, o baixo letramento digital e as crenças e gostos pessoais. Em relação aos interesses políticos, ressalta-se que as *fake news* conduzem as pessoas à desinformação e a semiformação, já que servem como mecanismos para ideologizar, alienar, maquiar a realidade e distorcer a verdade dos fatos. A sua criação e disseminação nas redes sociais incitam as pessoas não somente a aderir às ideias, mas a divulgá-las, muitas vezes, insuflando ataques às instituições democráticas e o ódio a adversários políticos, colocando em risco a própria democracia.

No campo econômico, por sua vez, as *fake news* utilizadas frequentemente para valorizar uma determinada visão de mercado e/ou desqualificar outras diferentes para a manutenção de interesses econômicos, como se observou em movimentos antivacina, que

ressurgiram com força a partir de 1998, quando o cirurgião Andrew Wakefield publicou na revista *Lancet* um trabalho indicando que a vacina tríplice viral estaria associada a casos de autismo em crianças. Estudos posteriores refutaram a conexão e, em 2010, uma década após a publicação do estudo, descobriu-se que Wakefield tinha ações de uma empresa que propunha o uso de uma vacina alternativa. O artigo foi retratado e sua licença médica foi cassada, mas o estrago estava feito (ANDRADE, 2019, p. 18).

O baixo letramento digital dos internautas em todo mundo também tem se tornado um fomento à propagação de notícias falsas, que são motivadas pela inaptidão em buscar respaldo acerca da veracidade das notícias em fontes confiáveis, muito em função da falta de leitura, acrescidas de notícias com informações incompletas ou fora de contexto, frases de efeito e de apelo emocional, a rapidez e a fluidez das informações, sensacionalismos associados às crenças – como o terraplanismo e as teorias da conspiração –, *links* interativos que estimulam os indivíduos a se associar a ideologias nefastas – como é o caso de grupos neonazistas, dentre tantas outras possibilidades –, fazendo com que as *fake news* – sobre uma diversidade de temas – ganhem destaque e se amplifiquem em termos de engajamento.

Ademais, outro fator que leva ao compartilhamento de notícias falsas são as crenças – muitas vezes religiosas – e gostos pessoais com que indivíduos se identificam em algum aspecto. No caso, grupos e comunidades nas redes sociais podem influenciar fortemente o compartilhamento de notícias falsas entre os seus seguidores, em decorrência de orientações ideológicas semelhantes e valores comuns. Em tais grupos, a replicabilidade é exponencial devido ao fato de as pessoas estarem em contato com notícias falsas que julgam ser verdadeiras, já que corroboram as suas crenças, valores, visões de mundo e gostos pessoais.

Uma perspectiva em voga para compreender a propagação das *fake news* nas redes sociais e o ‘efeito cascata’. “Uma cascata é qualificada pela reprodução de informações baseadas na compreensão do comportamento dos atores anteriores como verdadeiro pelos posteriores, mesmo que estes não tenham como saber” (RECUERO; GRUZD *apud* ECCARD; DURIGON, 2021, p. 90). Em outras palavras, o efeito cascata refere-se à reprodução de uma notícia por um internauta que já havia sido compartilhada por um terceiro, sem a checagem e verificação das informações partilhadas. No caso, apela-se ao endosso de quem as compartilhou primeiro. A aceitação passiva de uma informação pelo usuário pode ser ainda mais efetiva se esta vier com o endosso de amigos e familiares, bem como, de figuras públicas e/ou em posições de destaque como, por exemplo, celebridades, políticos, padrões, entre outros.

O alcance e a propagação das *fake news* nas redes causa estragos, pois uma vez compartilhada, os impactos de uma notícia falsa não podem mais ser controlados, nem mesmo por mídias e plataformas de checagem de fatos e/ou medidas judiciais (DELMAZIO; VALENTE, 2018).

Enfim, o que se observa é que as *fake news* ganham espaço no atual cenário de crise das mídias tradicionais, considerando o avanço da internet, permitindo que as pessoas passassem a consumir mais informações nas redes sociais. Além disso, há ainda uma crise de confiança em relação aos jornais tradicionais em meio a uma polarização política, fazendo com que as pessoas abandonem os canais abertos de TV, por exemplo, e busquem informações somente na internet, estando expostas a diferentes formas de se abarcar uma informação.

Um estudo realizado pela *Reuters Institute for the Study of Journalism* e pela Universidade de Oxford com 8 mil pessoas em nove países, mostrou que 67% dos entrevistados julgam que os veículos de imprensa possuem algum tipo de “bias” – distorção na maneira de observar ou de julgar (GENESINI, 2018). Tal análise é uma problemática para o combate as *fake news*, uma vez que as plataformas de checagem de fatos são, em sua maioria, criadas e alimentadas pelas mídias tradicionais.

A fim de sanar tal problemática, plataformas digitais, veículos de imprensa, organizações de pesquisa, grupos da sociedade civil, governos, órgãos estatais, Poder Judiciário (principalmente), organismos internacionais têm se unido na busca de soluções para inibir e barrar a propagação das *fake news*. Dentre as principais discussões, cabe frisar, envolve a responsabilização das plataformas, desenvolvimento de plataformas de checagem de fatos, elaboração de leis e regulamentação das redes, debate entre “liberdade de expressão *versus fake news*” .

Antes mesmo de uma possível regulamentação, plataformas e redes sociais já estão aceitando a responsabilidade de verificar os conteúdos publicados em seus domínios. Redes sociais como, por exemplo, o *Facebook* já anunciou medidas como a contratação de profissionais para identificar e retirar notícias falsas e mensagens de ódio da plataforma. Ferramentas para questionamento de notícias falsas e a sinalização de conteúdos falsos e/ou questionáveis também tem sido implementado nas redes.

Contudo, “mesmo que a intenção seja das melhores, entregar a responsabilidade para empresas privadas, praticamente monopolistas, é um risco enorme para a liberdade de expressão” (GENESINI, 2018, p. 51). Vale ressaltar a importância de se estabelecer parcerias entre as redes sociais, plataformas de checagem de fatos, bem como, instituições de pesquisa a fim de uma verificação de fatos independente.

As plataformas de checagem de fatos são outra aliada no combate a disseminação de notícias falsas. Desenvolvidas por mídias tradicionais, instituições de pesquisa etc., essas ferramentas auxiliam e alertam para a necessidade de denunciar notícias falsas divulgadas na *web*, embora haja duas problemáticas levantadas em relação a sua efetividade, a saber, o alcance das checagens e a precisão de seus vereditos.

Uma vez divulgada, uma *fake news* tem impactos quase impossíveis de mensurar, em decorrência da abrangência e velocidade com que as informações atingem um público massivo. Nesse sentido, por mais que os gestores das plataformas de checagem de fatos possam ter “boas intenções”, sua atuação serve apenas como uma contenção dos danos, pois não é possível afirmar que o compartilhamento da checagem de um conteúdo falso alcançará as mesmas proporções que a notícia falsa em si e/ou os internautas mais vulneráveis alcançado pela informação falsa inicial.

Destaca-se que a inexatidão das checagens dos fatos, além de dificultarem as denúncias dos conteúdos falsos, abrem margem para interpretações equivocadas. Em algumas plataformas, por exemplo, não é incomum que o resumo da verificação seja “não é bem assim”, “não se sustenta”, “verdadeiro, mas...”, dentre outros. Margaret Sullivan (2018) assevera que “temos de chamar uma mentira de mentira. Chamar um engano de engano. Se há uma conspiração, que assim seja definida” (SULLIVAN *apud* GENESINI, 2018, p. 51). Essa inexatidão também demonstra a aptidão daqueles que produzem e disseminam notícias falsas como se fosse uma indústria bem articulada, diferentemente dos usuários que compartilham as *fake news*, nem sempre conscientemente. Os produtores demonstram caráter intencionalmente perverso, esses são capazes de unir informações descontextualizadas, passíveis de interpretação

enganosa, gostos pessoais, bandeiras ideológicas e, com isso, produzir conteúdos falsos para as redes.

As *fake news* “não são mentiras transparentes. Têm a intenção de despertar nossos instintos. Não é uma questão de mera ficção que podemos descartar checando fatos” (BAVEL *apud* GENESINI, 2018, p. 50). Com isso, reitera-se que “fica clara a dificuldade em carimbar muitas afirmações taxativamente de verdadeiras e falsas. [...] o trabalho de checagem é muito mais de análise e agregação de informações que um veredito final” (GENESINI, 2018, p. 53).

No que tange às concepções políticas está em trâmite a proposta de uma legislação específica para crimes cibernéticos para evitar a propagação de notícias falsas e punir quem dissemina discursos de ódio ou coisas semelhantes, com remoção de conteúdos comprovadamente falsos, multa para usuários e plataformas, dentre outros. Trata-se do Projeto de Lei n.º. 2630/2020, conhecido como PL das *fake news*, que

institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O texto cria medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais, como Facebook e Twitter, e nos serviços de mensagens privadas, como WhatsApp e Telegram, excluindo-se serviços de uso corporativo e e-mail. (BRASIL, 2020)³.

O Projeto de Lei, de autoria do senador Alessandro Vieira, do Partido Cidadania, aprovado no Senado Federal, “estabelece normas, diretrizes e mecanismos de transparência de redes sociais e de serviços de mensageria privada através da internet, para desestimular o seu abuso ou manipulação com potencial de dar causa a danos individuais ou coletivos” (BRASIL, 2020). Dentro do escopo da proposta estão previstas normas para provedores no que tange a transparência nas plataformas, bem como, medidas para evitar a desinformação. Outrossim, o projeto trata de conteúdos patrocinados nas redes sociais e a obrigatoriedade de as redes serem transparentes em relação às empresas e/ou grupos responsáveis pela propaganda.

Por fim, o Projeto estabelece diretrizes para a atuação do Poder Público em relação a regulamentação das redes, bem como, as sanções previstas em caso de descumprimento da Lei. Além das sanções civis, criminais e administrativas, a punição para os provedores de aplicação que descumprirem as regras e permitirem a disseminação de desinformação sobre seu domínio podem incluir advertência, multa, suspensão temporária e até proibição das atividades no país, por exemplo.

Entre adeptos e opositores da regulamentação das redes acontece um embate entre o que pode ser considerado liberdade de expressão e o que caracterizaria uma prática criminosa. De um lado, contrários à legislação se apoiam no mote da liberdade de expressão irrestrita,

³ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944#emendas>

denunciando possibilidade de censura política e/ou ideológica. Do outro lado, simpatizantes das medidas afirmam que o direito fundamental à liberdade de expressão não deve contrapor-se aos outros direitos, tampouco serve como uma espécie de *habeas corpus* para a prática de ilícitos.

Há determinados grupos nas redes sociais - antivacinas, terraplanismo, contrários às mudanças climáticas, teorias da conspiração etc. -, que se posicionam favoráveis ao negacionismo histórico e científico, defendendo a liberdade irrestrita de se posicionar nas redes sociais. O problema é que tais grupos acabam produzindo desinformação ao divulgar notícias falsas, de forma que

a sua configuração se dá em uma autoridade midiática, o estatuto de credibilidade não está mais no argumento científico, assim, a pós-verdade [e, por conseguinte, as *fake news*] se insere em uma autoridade da repetição na qual o critério de validade está na tendência de um hábito que é da ordem da conveniência (ECCARD; DURIGON, 2021, p. 84).

É conveniente disseminar notícias falsas, sobretudo quando fortalece os interesses dos grupos e os interesses pessoais de indivíduos. O fato é que as *fake news* depõem contra a verdade factual com o intuito de desinformar e ludibriar os indivíduos nas redes sociais com uma visão distorcida da realidade. As *fake news* também travam um embate com a razão, uma vez que negam a realidade, apoiadas em discursos populistas, dados adulterados e pesquisas manipuladas com o objetivo de moldar a opinião pública e o senso comum.

2.3 Senso comum e *fake news*

A era da pós-verdade, marcada pela transmissão de *fake news* em larga escala nas redes sociais, tem produzido grandes desafios para as diversas áreas do conhecimento científico, tal como revela uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em 2019, a pedido da organização britânica *Wellcome Trust*. A pesquisa entrevistou mais de 140 mil pessoas em 144 países sobre temas relacionados à ciência e tecnologia (C&T). Os resultados mostraram que entre os brasileiros, 73% dos entrevistados desconfiavam da ciência, já sob o impacto das *fake news*, que faz aumentar o percentual de pessoas que passam a duvidar de consensos científicos. A pesquisa considerou isso “um alerta para todos que gostam de pensar a ciência como algo neutro e separado da sociedade em que vivemos” (CHAPLIN *apud* ANDRADE, 2019, p. 17).

Não somente as ciências estão sob suspeita e ataque, abarcando várias esferas da vida prática com ataques nas redes sociais, ou seja, “não se trata apenas de um movimento de negação de consensos científicos, mas de uma crise de legitimidade”, considerando que “era inevitável que esse sentimento coletivo reverberasse na ciência” (CASTELFRANCHI *apud* ANDRADE, 2019, p. 17-18).

Cabe ressaltar que não se trata meramente de um movimento anticientífico, mas de “bolhas” que rejeitam as evidências científicas em prol de visões de mundo pessoais conectadas às suas próprias fontes de informação, que espalham (des)informação nos grupos da internet, com destaque para o *YouTube* e o *WhatsApp*. É possível notar os interesses ideológicos, políticos e econômicos por trás dessas iniciativas como, por exemplo, movimentos que usam teorias da conspiração para desacreditar a eficiência das vacinas, grupos econômicos ligados as energias fósseis que promovem pseudocientistas céticos às mudanças climáticas, políticos que ignoram assuntos que contrariam os interesses econômicos de empresários que financiaram sua candidatura, dentre outros (ANDRADE, 2019).

O grande desafio que se coloca à Ciência, na atualidade, é o diálogo com o senso comum, ou seja, a elaboração de mecanismos de comunicação que aproximem os experimentos e descobertas científicas da sociedade civil, do homem comum. Afinal de contas, os movimentos negacionistas se alimentam e se proliferam em ambientes sociais em que se sociedade desconhece os métodos e práticas científicas e/ou onde seu progresso não é notado.

Cabe aqui uma breve caracterização do que se entende por senso comum, aos olhos do imaginário social e dos almanaques acadêmicos. Historicamente, duas visões de senso comum se difundiram. A primeira, de um lado, compreende o senso comum como o conjunto de saberes e opiniões – muitas vezes, equivocadas e preconceituosas – partilhadas por um determinado povo ou uma dada cultura como verdades absolutas. Esse sentido foi grandemente difundido entre os séculos XIX e XX, onde senso comum e Ciência se contrapõem. A segunda, por outro lado, entende senso comum como as noções e aptidões necessárias para o exercício do pensamento racional, base do conhecimento científico (ALVES, 1981). No caso, senso comum e Ciência se aproximam.

Entendemos que a Ciência e senso comum são resultados da necessidade humana em compreender e controlar do mundo – as forças da natureza -, mas ambos possuem uma origem em comum, relacionada ao que Descartes denominou como capacidade de bem julgar: “a capacidade de bem julgar, e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se chama o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens” (DESCARTES, 2011, p. 37). A respeito do senso comum,

é uma disposição geral de todos os seres humanos para se adaptar às circunstâncias da existência e da vida ordinária. Ele se relaciona tanto aos sentidos, por levar em conta dados dos órgãos sensoriais, quanto à capacidade de raciocínio, de reflexão sobre os elementos de uma situação. Na expressão ‘senso comum’, a palavra ‘senso’ se refere a uma espécie de síntese instintiva (mas também intuitiva) imediata, enquanto o termo ‘comum’ indica o carácter ordinário, difundido, provavelmente generalizado, desta faculdade (PATY, 2003, p. 10).

Dessa forma, é possível conceber o senso comum como uma base fundamental que orienta as percepções da sociedade. Contudo, a Ciência, enquanto forma de conhecimento construído a partir de problemas levantados pelo senso comum, precisaria superá-lo,

não podemos conceber a compreensão ou a comunicação sem fazer referência ao senso comum, que é uma espécie de terreno fértil para nosso pensamento e nossas ações. Porém, por outro lado, não existe possibilidade de aparecimento de novos conhecimentos de uma certa importância, sem ultrapassar o senso comum e, portanto, sem romper com ele (PATY, 2003, p. 9).

Para Paty (2003), a Ciência se diferencia do senso comum em dois aspectos. Por um lado, a Ciência constitui um fato inegável com resultados verificáveis no mundo real. Por outro lado, o conhecimento científico coloca-se em constante processo o questionamento de seus conhecimentos através da crítica e dos métodos científicos.

Se o senso comum pode ser representado pelos sentidos e pelo raciocínio, a Ciência pode ser vista como um aperfeiçoamento dos órgãos sensoriais e da razão. Tal aprimoramento possui implicações tanto positivas quanto negativas, pois, se “a ciência é a hipertrofia de capacidades que todos têm. Isto pode ser bom, mas pode ser muito perigoso. Quanto maior a visão em profundidade, menor a visão em extensão. A tendência da especialização é conhecer cada vez mais de cada vez menos” (ALVES, 1981, p. 9).

Muitos consensos científicos surgiram ao longo da história após se contraporem a noções anteriormente dadas como evidentes pelo senso comum. Esses consensos podem ser assimilados pelo senso comum, se ensinados aos homens comuns, agregando inteligência e critério para superá-lo. “Deste modo, o senso comum é enriquecido pela assimilação dos conhecimentos científicos e, de maneira geral, pela experiência humana” (PATY, 2003, p. 10).

Contudo, Alves (1981) levanta um questionamento pertinente. Segundo ele, a Ciência se tornou um mito que induz a pensar que a Ciência é superior e que os cientistas têm as respostas certas para tudo, mas “se existe uma classe especializada em pensar de maneira correta (os cientistas), os outros indivíduos são liberados da obrigação de pensar e podem simplesmente fazer o que os cientistas mandam” (ALVES, 1981, p. 7-8). Não funciona assim.

A grande problemática da questão levantada por Alves (1981) está no fato de que ter pessoas que fiquem responsáveis pela atividade de pensar pode causar hipotrofia na aptidão para o pensamento dos demais indivíduos, tornando-os dependentes permanentes de soluções e respostas prontas e, por conseguinte, passíveis de serem manipulados.

A questão problemática é a separação entre o senso comum e a Ciência, como se fossem esferas separadas na busca por conhecimento, quando se percebe haver uma relação dialética entre elas, mas que precisa ser potencializada pelos meios de comunicação. Em relação a

Ciência, é fundamental “compartilhar o conhecimento em termos inteligíveis com os não-especialistas [...] através do senso comum submetido à crítica” (PATY, 2003, p. 23). Parte-se do pressuposto que o senso comum é capaz de assimilar os conhecimentos científicos, desde que estes sejam incorporados à realidade social. Conforme assevera a máxima do físico francês Paul Langevim (1872-1946): “o concreto é o abstrato tornado familiar pelo uso” (LANGEVIM *apud* PATY, 2003, p. 21).

Ao investigar as *fake news* e seus impactos na vida prática, torna-se necessário analisar o problema a luz dos conceitos filosóficos postulados pela Teoria Crítica do filósofo Theodor Adorno.

3 CAPÍTULO II: SOBRE O MÉTODO

O objetivo desse capítulo é apresentar o método da Teoria Crítica, contextualizando a abordagem feita pela Escola de Frankfurt, bem como a sua apropriação pelo filósofo alemão Theodor Adorno (1903 - 1969), a partir de autores que historicizam a Teoria Crítica como um marco do pensamento marxista ocidental, como Barbara Freitag, Marcos Nobre, Martin Jay e Rolf Wiggershaus.

3.1 A relevância da Teoria Crítica acerca da sociedade burguesa

A origem da Teoria Crítica remete aos escritos do filósofo alemão Karl Marx (1818 - 1883), por volta da década de 1840, quando as teorias hegelianas foram aplicadas aos fenômenos sociais e políticos do século XIX (JAY, 1989). Marx criticava, de um lado, os socialistas utópicos, por idealizarem uma sociedade igualitária a partir de pequenas comunidades sem levar em consideração as condições materiais e históricas da sociedade; do outro lado, pensadores que se contentam apenas em descrever o funcionamento do sistema capitalista, pois a suposta neutralidade desses pesquisadores serve à perpetuação do *status quo* (NOBRE, 2008).

Segundo a Teoria Crítica, o pesquisador social está presente na realidade que busca estudar e não pode desvincular-se dela por completo, devendo, portanto, fazer emergir as contradições sociais presentes na sociedade e conduzi-la à emancipação humana, elucidando as potencialidades e os obstáculos para uma sociedade sem exploração. Apesar dos esforços de Marx, o pensamento crítico perdeu força na Alemanha nos últimos anos do século XIX até o pós-guerra, já no século XX, quando nos anos de 1920 estava sendo gestado os debates que culminariam na fundação do Instituto para Pesquisa Social, a chamada Escola de Frankfurt.

As principais características da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt são a dialética, a totalidade e a revisão constante. A dialética, herdada do Marxismo, busca analisar as contradições presentes no sistema capitalista; a totalidade demonstra o interesse do Instituto em analisar a sociedade como um todo, em seus aspectos sociais, históricos, econômicos, políticos, culturais, psicológicos etc.; a revisão constante, por sua vez, demonstra a não pretensão do Instituto em produzir conceitos dogmáticos, antes, realizar sempre a revisão de seus escritos para analisar a sua relação com as condições sociais em constante mudança.

Inicialmente, a Escola de Frankfurt critica a discrepância entre a promessa da sociedade moderna e a realidade de vida dos indivíduos, da classe trabalhadora. A crítica remete a tentativa do Iluminismo, presente no célebre artigo do filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-

1804), intitulado *Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”?* (“*Aufklärung*”), de emancipar os seres humanos e trazê-los a sua maioria (KANT, 1985), tese essa que teve seu efeito contrário sob a lógica capitalista, que perpetuou a exploração do homem pelo homem. Tais apontamentos estão sempre presentes nos escritos dos membros do Instituto em menor ou maior grau ao longo de sua história.

A partir da crítica das teses iluministas, baseando-se nos escritos marxistas, e analisando as condições históricas da sociedade do século XX, os principais conteúdos abordados pelos frankfurtianos podem ser categorizados em três principais vertentes, quais sejam, a dialética da razão, a questão de Estado, e a dupla face da cultura.

Primeiramente, a fim de compreender a dialética da razão, cabe salientar qual interpretação de razão era utilizada pelos membros do Instituto. Ela tem suas raízes na distinção dos filósofos idealistas sobre os termos *Verstand* [compreensão] e *Vernunft* [razão]. Segundo Jay (1989),

por *Verstand* Kant y Hegel habían entendido una facultad inferior da la mente, que estructuraba el mundo fenoménico de acuerdo com el sentido común [...] No llegaba así a penetrar la inmediatez para captar las relaciones dialécticas debajo de la superficie. *Vernunft*, por el otro lado, significa una facultad que iba más allá de las meras apariencias, hasta esta realidad más profunda. (JAY, 1989, p. 104)⁴

Os frankfurtianos defenderam tal concepção de razão contra os irracionalistas, com viés obscurantista, e contra os positivistas lógicos, que negavam o conceito de *Vernunft*, denominando-o de metafísica vazia.

Como apresentado anteriormente, a dialética da razão presente na teoria iluminista, sobretudo em Kant, remetia a ideia de ‘esclarecimento’, a capacidade de levar os indivíduos à autonomia. No entanto, apropriado pela burguesia, resultou em seu inverso, a crescente instrumentalização e dominação da natureza e, por conseguinte, do homem. Nesse sentido, a Teoria Crítica “consiste em mostrar como a razão abrangente e humanística, posta a serviço da liberdade e emancipação dos homens, se atrofiou, resultando em razão instrumental” (FREITAG, 1988, p. 35).

Por razão instrumental compreende-se a racionalidade burguesa que busca técnicas para dominação da natureza e da força de trabalho, visando favorecer a acumulação de capital. Uma vez que a razão perde o seu caráter emancipatório, a ciência e a técnica sob a ótica do capital colaboram com a ideologia burguesa, porquanto promovem uma concepção de

⁴“Por *Verstand*, Kant e Hegel entendiam uma faculdade inferior da mente, que estruturava o mundo dos fenômenos de acordo com o senso comum [...] assim, não penetrava no imediato para captar as relações dialéticas abaixo da superfície. *Vernunft*, por outro lado, significa uma faculdade que ia além das meras aparências, para essa realidade mais profunda.” (Tradução nossa).

desenvolvimento e progresso que beneficiam apenas uma perspectiva de valor, a do mercado, além de eliminar a crítica dos indivíduos e perpetuar o *status quo* dominante.

No que tange a questão do Estado frente aos modos capitalista de produção, a crítica dos pensadores da Escola de Frankfurt se refere às transformações ocorridas nas estruturas econômicas dos países e a crescente interferência do estado empresarial na Economia. Segundo os membros do Instituto, a nova formulação do Estado enquanto estado empresarial atende as relações capitalistas de produção. Em suma, o estado empresarial, enquanto administrador dos interesses da burguesia no campo econômico, manipula as crises capital, mas também interfere na política, minimizando os conflitos entre as classes sociais pelo controle da força de trabalho, e do exército de reserva, prometendo uma política de bem-estar social que não se concretiza para a grande maioria dos trabalhadores.

O intervencionismo estatal atua, pois, em dois planos, o *econômico*, manipulando as crises cíclicas da economia e limitando os riscos para empresários individuais ou cartéis, e o *político*, amortecendo o conflito entre as classes de proprietários dos meios de produção e as classes operárias, e procurando cooptar essa última em nome do ‘progresso econômico’ e o ‘bem-estar social’ (FREITAG, 1988, p. 89).

O excerto toca numa questão fundamental, que é a incapacidade do capitalismo de promover a liberdade e a felicidade dos indivíduos nas relações de produção, pelo contrário, em nome do lucro explora e expropria a força de trabalho, embora ideologicamente coopta os trabalhadores com a falsa sensação de bem-estar social, em meio a burocratização, a regulamentação da vida e o declínio da consciência crítica.

Por fim, a dialética da cultura remete a crítica do Instituto as transformações ocorridas na arte durante o século XIX, a democratização do acesso às obras de arte que ascendeu junto com a revolução tecnológica-industrial, tornando-a mercadoria e despindo-a de sua aura para auxiliar no processo de alienação das massas. Desde então, este passou a ser o papel da indústria cultural, inserir a lógica capitalista também na produção e consumo dos bens espirituais – a cultura –, tornando-a cultura de massa. Assim, obra de arte “deixa de ser a expressão da genialidade, do sofrimento, da angústia de um produtor [...] para ser um bem de consumo coletivo, destinado, desde o início, à venda” (FREITAG, 1988, p. 72).

O fato é que o acesso do proletariado à cultura esconde a pretensão da burguesia pela alienação e dominação das massas trabalhadoras. Freitag (1988) pontua que,

a nova produção cultural tem a função de ocupar o espaço de lazer que resta ao operário e ao trabalhador assalariado depois de um longo dia de trabalho, a fim de recompor suas forças para voltar a trabalhar no dia seguinte, sem lhe dar trégua para pensar sobre a realidade miserável em que vive. (FREITAG, 1988, p. 72)

As artes massificadas assumem o papel de apaziguar e arrefecer a luta de classes, promovendo a conciliação entre a cultura e a mercadoria na sociedade burguesa. Os produtos

culturais se tornam produtos mercadológicos e os membros da Escola de Frankfurt, sobretudo Adorno, debruçaram-se sobre essa temática, como se lê na seção seguinte.

3.2 Theodor Adorno no contexto da Escola de Frankfurt

Com o desfecho da Primeira Grande Guerra (1914-1918), as discussões que envolviam o marxismo foram direcionadas para o Leste Europeu, influenciado, em grande medida, pela Revolução Russa de 1917. Na Alemanha, os intelectuais de esquerda assistiam a divisão do movimento operário entre o Partido Socialista não revolucionário [*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – SPD] e o recém-criado Partido Comunista ligado aos bolcheviques [*Kommunistische Partei Deutschlands* – KPD] (JAY, 1989).

Restou aqueles que estudavam e se dedicavam ao Marxismo, uma revisão minuciosa da teoria, visando compreender os erros passados, se adequar as estruturas do capitalismo pós-guerra, bem como, guiar as ações futuras. É neste sentido que em 1923, é realizada a *Erste Marxistische Arbeitswoche* [Primeira Semana Marxista do Trabalho], organizada e financiada pelo acadêmico argentino, radicado na Alemanha, Lucio Felix José Weil (1898-1975). O objetivo da semana era reunir diversas vertentes marxistas em um ambiente propício à discussão da teoria. Tal evento contou com a presença de nomes de destaque da teoria marxista, tais como, por exemplo, o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971), o filósofo alemão Karl Korsch (1886-1961), o sociólogo alemão Karl August Wittfogel (1896-1988), dentre outros (JAY, 1989).

A *Zweite Marxistische Arbeitwoche* [Segunda Semana Marxista do Trabalho], prevista para o ano seguinte, nunca chegou a sair do papel, em seu lugar, Felix Weil formulou a ideia de um instituto permanente para o estudo da teoria marxista de forma interdisciplinar. Apoiado por amigos como o sociólogo alemão Friedrich Pollock (1894-1970) e o sociólogo alemão Max Horkheimer (1895-1973) e com financiamento de seu pai, alemão radicado na Argentina - Hermann Weil (1868-1927), fundou o *Institut für Sozialforschung*, o Instituto de Pesquisa Social, posteriormente, reconhecido como Escola de Frankfurt, vinculado à recém-fundada Universidade de Frankfurt e ao Ministério da Educação. A ideia inicial era dar à instituição o nome *Institut für Marxismus* [Instituto para o Marxismo], abandonada posteriormente, quer seja pela pouca aceitação do Marxismo dentro das universidades alemãs, quer seja por possíveis implicações políticas com o Ministério da Educação (JAY, 1989).

Decerto que o montante inicial doado por Hermann Weil, somado as novas doações posteriores, bem como, verbas de outras fontes, possibilitaram ao Instituto recém-fundado uma

independência financeira necessária para as atividades de pesquisa realizadas no âmbito da instituição, autonomia essa fundamental na história do Instituto, como será abordado a seguir. O Instituto também possuía independência intelectual, desvinculado de partidos políticos – ainda que alguns de seus membros fossem partidários – quer seja por inclinações pessoais da instituição (cf. JAY, 1989, p. 27), quer seja por imposições da cidade para aceitação do Instituto (cf. WIGGERSHAUS, 2002, p. 51), a autonomia intelectual foi um fator marcante para a inovação teórica produzida pelos seus membros.

Ficou acordado com a Universidade e com o Ministério que o diretor do Instituto seria escolhido por recomendação de Felix Weil e que o escolhido seria também um professor catedrático da Universidade de Frankfurt. O próprio Weil optou por não “considerar la posibilidad de un progreso académico ulterior que condujera a la dirección del Insititut, porque “numerosas personas hubieran quedado convencidas de que ‘compre’ la ‘venia legendi’ o, más tarde, la cátedra” (WEIL *apud* JAY, 1989, p. 33)⁵. No lugar, o sociólogo alemão Kurt Albert Gerlach (1886-1922) assumiu o Instituto em 1922, temporariamente, diga-se de passagem, pois em outubro daquele mesmo ano ele viria a falecer. Seu sucessor foi o sociólogo romeno Carl Grünberg (1861-1940), que veio de Viena para assumir o Instituto. Junto com ele, trouxe o *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* [Arquivo de História do Socialismo e do Movimento Operário], popularmente conhecido como *Grünbergs Archiv* [Arquivo de Grünberg], uma espécie de revista que passaria a abrigar as produções intelectuais dos membros do Instituto.

Em 3 de janeiro de 1923 foi criado oficialmente o *Institut für Sozialforschung* [Instituto de Pesquisa Social]. Em março daquele mesmo ano começaria a ser construída a sede do Instituto. Em 22 de junho de 1924, o prédio foi inaugurado sob um discurso de Grünberg, em que o diretor apontava como principal ênfase do Instituto a pesquisa em detrimento do ensino, opondo-se a tendência da burguesia alemã da época, voltada a “instrução de mandarins”. Grünberg dirigiu o Instituto até 1929, quando renunciou ao cargo por motivos de saúde. Seu sucessor foi Horkheimer, que assumiu em 1930, assumindo, também, uma cátedra na Universidade de Frankfurt. Foi empossado oficialmente em 1931.

Em 1932, o Instituto fundou a revista *Zeitschrift für Sozialforschung* [Revista de Pesquisa Social] em substituição ao *Grünbergs Archiv*, editado pelo antigo diretor. Outro fator de destaque é a mudança na linha de investigação do Instituto, que se deslocou da história da sociedade para a sua teorização. Sob a direção de Horkheimer, o Instituto passou pelos seus

⁵ “Considerar a possibilidade de um maior progresso académico que o levaria a direção do Instituto, porque ‘muitas pessoas ficariam convencidas de que eu ‘comprei’ a ‘venia legendi’ ou, mais tarde, a cátedra” (tradução nossa).

melhores e piores momentos, a saber, a grande efervescência produtiva e a fuga em busca de asilo devido a ascensão do nazismo.

Em 1933, quando os nazistas chegaram ao poder, o Instituto mudou sua sede para Genebra e seus membros se espalharam por diversos países, Suíça, França e Inglaterra. A essa altura, um instituto assumidamente marxista com quase todos os membros de origem judaica era como uma assombração para o novo governo, pois unia em si duas características das quais o governo era contrário, a saber, o marxismo e o judaísmo. Com o avanço dos ideais nazistas pela Europa central, o Instituto viu-se obrigado a mudar novamente, agora, para os Estados Unidos, em 1934. Tais mudanças só foram possíveis pois o Instituto possuía independência financeira da Universidade. Nesse período, iniciou o seu período internacional, estando em dois países e dois continentes diferentes, até retornar a Alemanha depois da Segunda Grande Guerra, em 1953 (HELD, 2004).

A *Frankfurter Schule* [Escola de Frankfurt] se dedicou à pesquisa social, tendo como um dos seus principais temas a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos – dos trabalhadores - e as modificações do ambiente cultural (WIGGERSHAUS, 2002). Dentre os principais membros do Instituto estavam Max Horkheimer, Karl Wittfogel, Friedrich Pollock, Erich Fromm, Leo Löwenthal, Herbert Marcuse e Theodor Adorno.

Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno nasceu em Frankfurt, em 11 de setembro de 1903, e foi iniciado na cultura erudita desde muito novo. Filho de Oskar Wiesengrund (1870-1946), um judeu que trabalhava com a venda de vinhos, e Maria Calvelli-Adorno (1865-1952), uma ex-cantora de origem corso-genovesa, Adorno aprendeu a tocar piano com sua tia materna Ágathe (1867-1935), que morava com a família. Aos 15 anos começou estudar Filosofia, sendo orientado pelo intelectual alemão Siegfried Kracauer (1889-1966), amigo da família. Aos 18 anos ingressou na Universidade de Frankfurt para estudar Filosofia. Em 1924, defende sua tese intitulada *A Transcendência do Objeto e do Noemático na Fenomenologia de Husserl*, orientado pelo professor e filósofo alemão Hans Cornelius (1863-1947).

Sem muito interesse pela carreira acadêmica, Adorno se mudou para Viena em 1925 para estudar piano e a composição musical no círculo de Schönberg. Contudo, desiludido com os estudos em música, retornou à Frankfurt e optou pela carreira universitária (WIGGERSHUAS, 2002). Em 1931, conquistou a sua *Habilitation* à docência pela Universidade de Frankfurt, com a tese intitulada *Kierkegaard: A construção da estética*, sob a orientação do professor e teólogo alemão Paul Tillich (1886-1965) e passou a trabalhar como assistente de Filosofia na Universidade. A essa altura, Adorno já conhecia o Instituto e alguns de seus membros como, por exemplo, Horkheimer, e já contribuía com alguns artigos para a

revista do Instituto. Adorno lecionou na Universidade até 1933, quando teve a sua licença cassada pelos nazistas, que chegaram ao poder naquele ano.

Em 1934, Adorno buscou refúgio em Oxford, na Inglaterra, onde, em 1937, casou-se com Margarete Karplus (1902-1993), que teve o seu nome alterado para Gretel Adorno. Em 1938, migrou para Nova York, nos Estados Unidos, onde dividiu a sua rotina de trabalho, meio período no *The Princeton Radio*, meio período no Instituto. Em 1941, mudou-se para Los Angeles para trabalhar no Instituto que havia se mudado para lá.

Em 1950, Adorno retornou à Alemanha para assumir uma cátedra na Universidade de Frankfurt, denominada, desde 1932, Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt. Em 1967, assumiu a direção do Instituto, após a aposentadoria de Horkheimer. E, no dia 06 de agosto de 1969, Adorno morreu aos 65 anos, durante suas férias na Suíça.

A contribuição da música na formação de Adorno estão para além dos artigos e livros publicados pelo autor. A estética sempre esteve presente, desde os seus primeiros escritos filosóficos, influenciando até a escolha pela escrita em formato de ensaio. Segundo Zuin *et al.* (2015, p. 31), três aspectos devem ser considerados na escolha de Adorno pelo ensaio, a saber, o caráter interdisciplinar do Instituto, a biografia do filósofo e a relação entre forma e conteúdo. Em artigo intitulado *O Ensaio como Forma*, publicado no livro *Notas sobre Literatura I*, em 1962, Adorno descreveu o ensaio como um meio de resistência à “dignidade do universal” na Filosofia, contra o “purismo científico” e a “vulgaridade intelectual” na Ciência, uma vez que o ensaio enquanto forma possibilita a expressão do individual e a autonomia da forma em relação ao conteúdo (ADORNO, 2003).

Dentre seu vasto arcabouço conceitual e bibliográfico, vale salientar os conceitos de indústria cultural – cunhado juntamente com Max Horkheimer – e o conceito de semiformação. Vale destacar algumas obras filosóficas de destaque de Adorno: 1) *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (1947), escrito em coautoria com Max Horkheimer durante o exílio nos Estados Unidos, em que se destaca o capítulo intitulado *A Indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas*, em que os autores abordam a indústria cultural pela primeira vez; 2) *The Authoritarian Personality* [A Personalidade Autoritária] (1950) – publicado no Brasil com o título *Estudos Sobre a Personalidade Autoritária* (2019) – escrito juntamente com os psicólogos da Universidade de Berkeley, Else Frenkel-Brunswik (1908-1958), Daniel Levinson (1920-1994) e Nevitt Sanford (1909-1996), com patrocínio do *American Jewish Committee* [Comitê Judaico Americano]; 3) *Theorie der Halbbildung* [Teoria da Semiformação] (1959), tese proferida em um encontro nacional de sociólogos alemães em Berlim em 1959; 4) *Dialética Negativa* (1966); 5) *Educação e*

Emancipação (1971), livro póstumo que reúne uma série de palestras e entrevistas dadas por Adorno à rádio de Hessen, entre os anos de 1960 a 1969, dentre elas o texto intitulado *Educação Após Auschwitz* (1965).

3.3 A Indústria Cultural e a Semiformação como alienação das massas

Publicado por Max Horkheimer e Theodor Adorno em 1947, em Amsterdã, o livro *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*, possui um capítulo intitulado *A Indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas*, em que faz uma crítica da cultura moderna. Segundo pesquisadores, existe a possibilidade que este capítulo seja de autoria apenas de Adorno (NOBRE, 2020, p. 74-75), haja vista o aprofundamento dessa temática nos escritos adornianos após a publicação dessa obra.

No que tange a indústria cultural, é necessário, de antemão, abrir um parêntese para ressaltar a diferença entre uma “cultura *das* massas” e uma “cultura *para as* massas”, pois não se trata aqui de uma cultura que surge de baixo para cima, conhecida como cultura popular, antes, trata-se de uma imposição de cima para baixo, em que os produtos culturais são prescritos compulsoriamente às massas.

Abandonamos essa última expressão (cultura de massa) para substituí-la por ‘indústria cultural’, a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; estes pretendem, com efeito, que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. Ora, desta arte a indústria cultural se distingue radicalmente. (ADORNO, 1986 *apud* ZUIN *et. al.*, 2015, p. 48).

A indústria cultural tem por objetivo a integração das massas através dos meios de comunicação ao *status quo* vigente, para tanto, ela integra a cultura à reprodução material da sociedade, utilizando-se, para isso, da imprensa, rádio, cinema e televisão. Ao se utilizar de filmes, programas e propagandas, a indústria cultural molda a opinião pública, estabelecendo uma realidade paralela que subjuga as massas à ideologia dominante e as impele ao consumo dos bens materiais como única forma de autorrealização na sociedade capitalista.

No que tange ao conceito “indústria” não se trata apenas da fabricação dos produtos culturais, mas do planejamento e da padronização deles à aceitação do mercado e a probabilidade de lucro. Em relação ao termo “cultural”, é possível comparar os produtos da indústria cultural com as obras de arte, analisando suas semelhanças e divergências.

A consequência do planejamento e da padronização da indústria cultural é a determinação dos produtos que serão veiculados, isso não envolve apenas os recursos técnicos de divulgação, mas as próprias regras de fabricação. Por trás da produção das mercadorias culturais existe uma preocupação inerente a recepção dos espectadores, tudo precisa ser

facilmente assimilado, o que requer a elaboração de uma linguagem própria da indústria cultural, clichês que gerem efeitos imediatos, nada deve ser complexo demais ou passível de contestação (NOBRE, 2008).

Tal linguagem objetiva possui a finalidade de facilitar a assimilação pelas massas de temas de interesse da ideologia dominante, tornando os receptores passivos e impotentes da realidade divulgada pela indústria cultural.

A impotência perante a realidade divulgada pela indústria cultural deve ser compreendida como um produto de sua capacidade em identificar-se com a realidade na consciência das pessoas. Isso é possível pela tendência a fornecer ao espectador uma visão unificada e coesa da realidade, como se o mundo, graças a sua difusão ostensiva pela indústria cultural tivesse se tornado inteiramente conhecido. Com isso, o mundo perde a estranheza, provocando no espectador a sensação de familiaridade que diminui a distância entre ele e a realidade difundida pela indústria cultural. [...] Ao suprimir tal distância, conferindo ao mundo o aspecto familiar que o indivíduo reconhece sem esforço, a indústria cultural estabelece as condições para que o indivíduo reconheça a imagem que vê na tela ou a informação que houve pelo rádio como a realidade efetiva. (NOBRE, 2008, p. 84-85)

A indústria cultural se diferencia drasticamente da obra de arte. Se, por um lado, a obra de arte moderna possui certa autonomia – quando comparado a obra de arte antiga e medieval, sujeitas aos interesses dos patronos – e finalidades internas, representando as melancolias e as paixões do artista, por outro lado, a indústria cultural possui finalidades externas, sujeitas as ordens do mercado, a imposição de lucro rompe a autonomia entre a produção cultural e a produção material da sociedade, tornando a cultura apenas mais uma mercadoria a ser consumida e descartada na sociedade capitalista.

Para Adorno, a obra de arte é, sobretudo, negação. Negação das finalidades externas, do sistema social injusto, do planejamento e da padronização dos produtos culturais. A mercantilização da cultura, levada a cabo pela indústria cultural, suprime esse caráter contraditório da obra de arte, tão necessário a resistência e a reflexão crítica (NOBRE, 2008).

Associado a reprodução de bens materiais da sociedade capitalista, a indústria cultural se apropria dos meios de produção de bens espirituais para “ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noite, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 123). Em outras palavras, a indústria cultural ocupa o tempo livre dos trabalhadores fora do expediente, alienando-os com os produtos culturais, proporcionando formas de diversão padronizadas durante os momentos de ócio para evitar que eles pensem nas condições socioeconômicas que estão inseridos.

Nesse sentido, “a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 128). Durante este

período, a indústria cultural se ocupa de entreter os trabalhadores, bloqueando sua reflexão crítica.

Para Adorno e Horkheimer (1985), o objetivo da indústria cultural é eliminar quaisquer aspectos que possam levar os espectadores ao pensamento e a reflexão crítica. Ela os desacostuma a pensar a realidade e aceitar passivamente o que é transmitido pela tela. Para tanto, a diversão serve como uma válvula de escape, “divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. [...] É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia [*sic*] de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 135).

Cabe salientar que após a Segunda Grande Guerra e retorno à Alemanha, Adorno passou a analisar a possibilidade de utilizar os instrumentos técnicos da indústria cultural com outras finalidades. Como ressalta Nobre (2008, p. 92), “Adorno passa a admitir a possibilidade do uso emancipatório do rádio, televisão e do cinema”, com isso, “se envolve numa série de debates que apontam tanto a necessidade quanto a possibilidade do emprego da televisão com finalidades pedagógicas e esclarecedoras”.

Cientes da ilusão de realização através do consumo na sociedade capitalista, os consumidores dos produtos da indústria cultural praticam um autoengodo ao empregar suas forças para continuarem a consumir tais produtos, assumindo assim, uma função passiva em relação a indústria cultural (ZUIN *et. al.*, 2015). Mas afinal, por que os espectadores dos produtos culturais continuam a consumi-los?

A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que as escraviza. O amor funesto do povo pelo mal que a ele se faz chega a se antecipar à astúcia das instâncias de controle. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 125)

A alienação causada pelos meios de comunicação não atinge apenas os sentidos humanos, embora os seus consumidores percam a capacidade de apreciação da obra de arte, a indústria cultural atinge, ainda, uma instância mais profunda, a do intelecto, em outras palavras,

A regressão dos sentidos, porém, não se limita a experiência do mundo sensível, mas afeta ao mesmo tempo o intelecto, que se separa da experiência sensível para submetê-la. Este retrocesso dos sentidos atinge a capacidade de entender e refletir, e, assim, configura um novo agir político, corrói a autonomia, a capacidade de julgar e ter experiências próprias. (CAMPOS, 2010, p. 193)

A regressão do intelecto, segundo Adorno, estaria levando a uma profunda crise da formação dos indivíduos. Crise essa denominada pelo filósofo alemão de semiformação. A *bildung* [formação] é um conceito amplamente abordado nos escritos adornianos. Em 1959,

Adorno participa de um encontro com sociólogos alemães em que apresenta a tese intitulada *Theorie der Halbbildung* [Teoria da Semiformação], nela, o filósofo ressalta que as relações capitalistas de produção têm transformado a *bildung* em *halbbildung* [semiformação]. Nas palavras de Adorno, “a semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria” (ADORNO, 2010, p. 25), em outras palavras, a cultura burguesa tem eliminado a subjetividade dos indivíduos e, conseqüentemente, o seu processo formativo, o caráter emancipatório.

Para fins de conceituação, é necessário ressaltar que o termo *bildung* pode representar, ora cultura, ora formação cultural. Sendo assim, *halbbildung* pode ser interpretada como semicultura ou semiformação. Na primeira tradução deste texto para o português, publicada na revista Educação e Sociedade, em 1996, o ensaio está intitulado Teoria da Semicultura. A segunda edição, publicada em uma coletânea intitulada Teoria Crítica e Inconformismo, em 2010, o texto vem intitulado Teoria da Semiformação. Aqui, optou-se pelo conceito de semiformação com base na referência bibliográfica utilizada.

Como analisado anteriormente, a indústria cultural promete a realização imediata da vida a partir do consumo, também a semiformação promete a compreensão imediata de qualquer assunto discutido a partir de sínteses resumidas. Nesse sentido, Zuin *et. al.* (2015) corrobora que “a semiformação também se apresenta, ideologicamente, como uma formação completa: capaz de proporcionar sínteses conclusivas que identificam o indivíduo semiformado não como tal, mas sim como profundo conhecedor de assuntos que são, na realidade, absolutamente abreviados” (ZUIN *et. al.*, 2015, p. 80-81).

Adorno passa a refletir sobre os prejuízos da semiformação para a própria experiência formativa dos indivíduos. Segundo ele, na semiformação “a experiência [...] fica substituída por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável e efêmero”, e conclui, “que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações” (ADORNO, 2010, p. 33).

O estado informativo pontual levado a cabo pela semiformação não é capaz de criar julgamentos sólidos, capazes de serem argumentados e debatidos de maneira racional. No lugar do julgamento racional, coloca-se um “é assim”, inquestionável (ADORNO, 2010, p. 33). Nisso resulta o aspecto perigoso da semiformação, quando o indivíduo semiformado impõe esse ‘é assim’, “sem que haja a mínima possibilidade de que perspectivas discordantes possam confrontá-lo”, ou ainda, de forma “que não admite que outras pessoas pensem de forma diferente dele, ou do grupo com o qual, narcisisticamente, se identifica e é identificado”, daí resulta a possibilidade de regressão à barbárie (ZUIN *et. al.*, 2015, p. 82).

A estratégia comunicativa utilizada pela indústria cultural se apoia na semiformação. Ao buscar maneiras de transmitir os interesses da classe dominante de forma palatável as massas, a semiformação elimina as barreiras negativas da crítica ao se utilizar de uma linguagem acessível e, ao mesmo tempo, dissimulada. Quando se perde o aspecto negativo da dialética da formação, a saber, a possibilidade de discordar, corre-se o risco de recair em uma formação regressiva.

O êxito desse processo se dá quando o indivíduo semiformado já não percebe a alienação a qual está submetido, tampouco consegue fazer julgamentos livres e críticos acerca da realidade em que está inserido, apenas reproduz a opinião pública, definida por Campos (2010, p. 192) como a “opinião de ninguém”, porque manipulada pela semiformação.

Adorno (2020) identificará como resultado dessa formação regressiva, indivíduos da consciência coisificada⁶. Nas palavras do filósofo alemão, “no começo, as pessoas desse tipo se tornam por assim dizer iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (ADORNO, 2020, p. 141).

O principal exemplo ilustrado por Adorno para demonstrar os efeitos nefastos da coisificação dos sujeitos levado a cabo pela semiformação é a barbárie do campo de concentração.

A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação [...] Fala-se da ameaça de regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz *foi* a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão. (ADORNO, 2020, p. 129).

Nisso reside a resistência da formação em tempos de hegemonia da ideologia burguesa, a saber, a realização constante da autocrítica, análise de como a indústria cultural tem transformado, na contemporaneidade, por meio das *fake news*, a formação em semiformação, conforme abordado no capítulo seguinte.

⁶ Traduzido do termo em alemão *verdinglichung*. Existe uma tradição entre os tradutores por escolher o termo ‘reificação’ nas obras de Lukács. Nas obras de Adorno, porém, a conversão de uma relação humana em ‘coisa’, coisificação, por assim dizer, veicula de forma mais simples e acessível o interesse do filósofo alemão no conceito. Dessa forma, é possível usar tanto ‘coisificação’ quanto ‘reificação’ nas obras de Adorno. (ADORNO, 2020, p. 141, nota do tradutor).

4 CAPÍTULO III: SOBRE A PESQUISA

Nesse capítulo foi realizado uma análise filosófica das *fake news* a partir do conceito adorniano de semiformação. Para tanto, é mister identificar a relação entre os dois conceitos, tendo por base as redes sociais, como principal meio de comunicação da indústria cultural na contemporaneidade, e suas implicações na realidade dos seres humanos.

4.1 A relação entre *fake news* e semiformação

Como ressaltado no capítulo anterior, a formação e a cultura entram em crise com o advento da indústria cultural, que massifica a cultura e permite a semiformação. Em seu tempo histórico, Adorno tece críticas contextualizadas ao cinema e a televisão, denunciando o potencial de cooptação dos indivíduos. Na atualidade, esse processo de cooptação se evidencia pelo amplo campo de atuação das redes sociais e recepção dos conteúdos pelos indivíduos de forma rápida e fragmentada, mas com interesses bem definidos ideologicamente. (LOUREIRO; GONÇALVES, 2021).

A indústria cultural, portanto, continua atuando na contemporaneidade com a mesma perspectiva, a saber, para perpetuar o *status* dominante, conforme os valores do capital, amplificando, através das redes sociais, uma suposta liberdade para os indivíduos exporem suas opiniões sobre os fatos que marcam ou marcaram a sua própria realidade, apoiando-se em diferentes formas de produção, desde a escrita de textos simples disseminados em grupos no *Whatsapp* até produções audiovisuais bem elaboradas disseminados em diversas plataformas, bem como, há a disseminação de conteúdos científicos das diferentes áreas do conhecimento difundidos nas redes sociais. Dessa forma, as redes sociais tanto propagam as opiniões e o senso comum quanto o conhecimento científico.

No entanto, as redes sociais seguem a mesma lógica do jornal tradicional, qual seja, permitir ao receptor/internauta uma infinidade de conteúdos, que abarcam uma abrangência sem limites de interesses diversos, podendo ser dissimulados e irrelevantes, embora todos possam ser denominados, conforme a terminologia adorniana, de “estado informativo pontual” (ADORNO, 2010).

O problema de pesquisa do TCC procura estabelecer a relação entre as redes sociais, sobretudo no que diz respeito às *fake news*, e a semiformação, procurando apontar os prejuízos para a experiência formativa dos indivíduos frente aos limites e a efemeridade do estado informativo pontual, considerando a possibilidade de torná-los receptáculos acríticos de ideologias nefastas que compõem o universo das experiências práticas restritas nas sociedades

capitalistas. Nas sociedades capitalistas há a prerrogativa fundamental de que os indivíduos reproduzam a experiência da cultura afirmativa do capital, conforme os interesses de manutenção do próprio sistema.

Diante desse quadro, a presente análise não pretende identificar as redes sociais apenas como meio de comunicação, por excelência, da indústria cultural, antes, é preciso enfatizar seu caráter dialético. As redes sociais se tornaram um vasto espaço para o *midiaativismo* e o *ciberativismo*, com possibilidades incomensuráveis de protagonismo social, mas trazendo consigo as contradições inevitáveis que advém da expansão ilimitada com que as informações são difundidas. Nesse sentido, as *fake news* poderiam ser vistas apenas como um efeito colateral se os seus impactos não fossem tão nefastos para os indivíduos e para as relações sociais, tendo em vista o problema da semiformação.

As redes sociais se tornaram os principais espaços para a veiculação das *fake news*, de forma que, em relação às informações e aos conteúdos, “não se trata de desmerecer as potencialidades da liberação do polo emissor. Ao contrário, a ideia é reconhecer que os obstáculos existem” (LOUREIRO; GOLÇALVES, 2021, p. 14) e que os problemas gerados pelas *fake news* podem sair do controle e gerar sérias consequências para a vida social em suas várias esferas. Há que se reconhecer que o advento da internet mudou a forma como os seres humanos consomem informações.

Atualmente, é difícil imaginar o dia a dia sem a internet, tendo em vista que a virtualidade está presente nas escolas, nas universidades, nos hospitais, nas empresas, nos órgãos governamentais e nas mãos de cada indivíduo que tenha um celular logado na rede. Sendo assim, se considerarmos esse aparato técnico como parte integrante do mundo do trabalho, já não é mais possível falar em ócio nas sociedades capitalistas, pois o tempo antes dedicado ao repouso e ao autocuidado – agora denominado tempo livre – é invadido por uma ininterrupta produção de conteúdo textuais e imagéticos voltados para interferir nas faculdades humanas.

Segundo Franco (2022), é possível pensar uma mudança de paradigma do físico para o virtual, isso porque antes do advento da internet, políticos e grupos autoritários precisavam de espaços físicos e meios de comunicação para acessar as massas e mediar seus discursos. Seja em encontros físicos e/ou propagandas rádio televisionadas, o alcance das massas era limitado e, muitas vezes, cerceado a depender do conteúdo divulgado. As redes sociais permitiram uma liberdade de discurso sem precedentes, nela os usuários preenchem seus perfis com os mais diversos tipos de informações, e quase nenhuma restrição. Para Franco (2022, p. 442), esse novo paradigma é marcado

por mudanças significativas no modo pelo qual presenciamos um tempo de emergência, do impulso ao imediatismo, de desorganização informacional, do vertiginoso avanço das tecnologias de comunicação, de desinformação propagada, de espaços múltiplos, maleáveis, descontínuos e fragmentados, um mundo dinâmico e mutável.

As redes sociais podem alienar os indivíduos da realidade se expostos a conteúdos ideológicos e feitos para desinformar ou que produzam uma realidade paralela, criada e alimentada por produtos audiovisuais compartilhados nas plataformas, muitas vezes, para entreter os usuários. Pressupõe-se que “para os telespectadores, a realidade e o entretenimento se tornaram coexistentes” (D’ANCONA, 2018, p. 57), de forma que os usuários se tornaram consumidores digitais da cultura de massa e dependentes dos estímulos que ela gera como atrativos. Conseqüentemente, com um celular ligado à internet os indivíduos podem fazer uso irrestrito e intensivo do seu tempo nas redes sociais, tanto para satisfazer os seus interesses quanto para serem induzidos a reproduzir os interesses do capital e dos grupos que tenham objetivos específicos na reprodução dos seus interesses.

A exposição a esse turbilhão de cultura consumível - as mercadorias culturais – torna a maioria dos indivíduos receptáculos e veículos na propagação dos valores do próprio sistema, indivíduos semiformados que atendem aos chamados e apelos do mercado para o consumo, sem resistência e reflexões críticas, pois tão logo se desliza o dedo na tela de qualquer aparelho ligado à internet e um mundo de possibilidades se abre diante dos olhos. Os conteúdos publicados e compartilhados nas redes sociais podem promover uma experiência restrita, fragmentada e sintética, não por acaso, o *Whatsapp* e o *Youtube* possuem opções de acelerar áudios e vídeos para encurtar o tempo de recepção, bem como o *Twitter* e o *Instagram* limitam a quantidade de caracteres por publicação para facilitar a leitura de seus usuários. Nessa lógica, mais publicações acessadas representam mais informações adquiridas, mais *likes* e curtidas, mais capital girando.

Ademais, a falta de reflexão acerca do que está sendo veiculado leva os internautas a interpretar tudo aquilo que lhes é transmitido como se fosse a realidade objetiva, faltando-lhes aquela negatividade filosófica do questionamento. É possível comparar os indivíduos semiformados nas redes sociais com aqueles homens acorrentados descritos no famoso Mito da Caverna, do filósofo grego Platão (428-348 a.C.), que acostumados com as sombras refletidas nas paredes das cavernas, ignoram a realidade que produz tais sombras (PLATÃO, 2001), também os internautas alienados pelos conteúdos recebidos nas mídias digitais, ignoram a relação entre esses conteúdos e a realidade factual.

O grande perigo da junção desse indivíduo semiformado com as redes sociais está na ausência de reflexão crítica desses sujeitos, o que acaba por torná-los alvos fáceis das *fake news*. A liberação do polo emissor nas redes abriu espaço para a presença de discursos fantasiosos transmitidos na *web* sob a bandeira da liberdade de expressão. Dessa forma, políticos autoritários, extremistas religiosos, supremacistas brancos, neonazistas, negacionistas climáticos, movimentos antivacinas, dentre outros grupos, utilizam-se desses espaços para propagar suas ideias e cooptar novos membros para suas comunidades (LOUREIRO; GONÇALVES, 2021).

O contato com as notícias falsas pode ocorrer através de grupos e/ou comunidades que compartilhem pensamentos em comum, bem como, o usuário pode ser alvo das propagandas e/ou anúncios publicitários que tenham em seu escopo o mero objetivo de vender produtos ou mesmo ludibriar o internauta. Vale ressaltar que as grandes *Big Techs*, tais como, *Google* e *Meta* – que controlam redes sociais como *Facebook* e *Instagram* –, são, na verdade, grandes oligopólios de dados e de influência, movimentando o capital em torno da comercialização dos dados dos usuários com pesquisas de interesse e previsão de cliques nas plataformas. A esse respeito, Franco (2022, p. 454) salienta que

agora, através da vigilância, o real cliente são as empresas anunciantes que contratam as plataformas, como a Google, pela produção de um espaço virtual de publicidade mais direcionada e assertiva. A população digital é então a produtora da matéria-prima por meio da experiência humana pelos meios virtuais, entretanto, o que as empresas do ramo do capitalismo de vigilância comercializam são, além dos dados dos usuários, as tendências antecipadas de mercado, os modelos de previsão comportamental.

Ainda nessa esteira, a indústria das *fake news* se utiliza da artimanha do confronto para favorecer o capital. O patrocínio de grandes corporações a pseudocientistas que levem teorias que contradigam consensos científicos à academia, tem o objetivo de minar a confiança pública na pesquisa científica e na Universidade. D’Ancona (2018, p. 49) reforça a estratégia reacionária das notícias falsas, “seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável). [...] A questão é manter a discussão em andamento, para assegurar que nunca cheguem a uma conclusão”, em outras palavras, as notícias falsas não têm por finalidade vencer o confronto acadêmico, mas questionar a ciência e levantar a desconfiança pública, pois enquanto houver dúvidas o *status quo* estará garantido.

A literatura, muitas vezes, retrata situações que se repetem no tempo em contextos diferentes. Em 1848, na Assembleia Nacional Francesa, o poeta francês Vitor Hugo (1802-1885) se pronunciou contra a ignorância, evidenciando o papel das instituições frente ao obscurantismo, lembrando o nosso momento atual. Disse o poeta:

[...] qual o perigo da situação atual? A ignorância. A ignorância, muito mais do que a miséria [...] é num momento semelhante, diante de um perigo como esse, que se pensa em atacar, em mutilar, em sucatear todas as instituições que têm como objetivo específico perseguir, combater e destruir a ignorância. (HUGO *apud* ORDINE, 2016, p. 112).

A crítica que Adorno faz, um século depois, em seu livro *Minima Moralia*, contra o aparato da indústria cultural na promoção da ignorância e da mentira segue os mesmos passos.

As coisas chegaram ao ponto em que a mentira soa como verdade e a verdade como mentira. Cada declaração, cada notícia, cada pensamento está preformado pelos centros da indústria cultural. O que não traz a marca familiar dessa preformação está, de antemão, destituído de credibilidade, tanto mais que as instituições de opinião pública fazem acompanhar aquilo que divulgam de milhares de comprovações factuais e de toda plausibilidade, de que pode se apoderar o poder de disposição total. A verdade que tenta se opor a isso não só porta o caráter do inverossímil como é, além disso, pobre demais para entrar em concorrência com o aparato de divulgação altamente concentrado. (ADORNO, 1992, p. 94).

Nessa lógica, até mesmo a mídia tradicional, representada, em grande medida, pelo jornalismo, tornou-se alvo do descrédito e dos ataques das *fake news* nas redes sociais, partindo até mesmo de figuras públicas com grande poder de influência como, por exemplo, políticos, chefes de governo e Estado.

Entretanto, ainda que não seja possível falar em crise da verdade em relação as *fake news* (GENESINI, 2018), é possível inferir que a busca pela verdade perdeu legitimidade na sociedade contemporânea, cedendo lugar ao mote da era da pós-verdade, a credibilidade. Segundo Loureiro e Gonçalves (2021, p. 16), “o conceito de verdade foi substituído por credibilidade [...]. As pessoas pouco se importam em saber se algo é um fato, o que importa é se parece conveniente acreditar nele”.

A liberação do polo emissor transmite uma falsa sensação de liberdade, tanto que ao compartilhar uma publicação que coaduna com sua visão de mundo do indivíduo, este passa a se sentir partícipe da confecção da realidade sem perceber que os conteúdos compartilhados são, na verdade, roupagens diferentes de uma mesma coisa, ou seja, são conteúdos (pré) selecionados e disponibilizados para o usuário por algoritmos das redes, quer seja com base nas interações virtuais do indivíduo, quer seja pelas tendências do momento. A indústria cultural mantém a estratégia, mas sempre aperfeiçoada para o seu tempo histórico.

[...] o esquematismo do procedimento mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. [...] As vantagens e desvantagens que os conhecedores discutem servem apenas para perpetuar a ilusão da concorrência e da possibilidade de escolha. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116)

Os discursos convincentes e a desinformação propagadas têm levado os indivíduos semiformados a se agruparem em comunidades nas redes sociais. Sem questionar as fontes das

informações compartilhadas, tampouco se há ligação entre a publicação e a realidade, tais aglomerados digitais se reúnem em torno de temas de interesse em comum como, por exemplo, posicionamentos políticos, convicções religiosas, dentre outros. Uma vez que a publicação coaduna com a visão de mundo deles, ela é compartilhada sem questionamentos, embora “a questão é que, semiformados, os indivíduos agem intuitivamente, sem refletir sobre as primeiras e últimas consequências de seus atos” (LOUREIRO; GONÇALVES, 2021, p. 15).

Uma das consequências observadas durante a pesquisa aqui apresentada se refere a regressão à barbárie, anunciada por Adorno. Vimos que o indivíduo semiformado tende a elevar a sua visão de mundo ao *status* de verdade universal, pois essa visão é constantemente reiterada nos grupos e comunidades partilhados por ele nas redes sociais. “Nós nos tornamos tão seguros em nossas bolhas que começamos a aceitar apenas informações, verdadeiras ou não, que correspondem as nossas opiniões, em vez de basearmos nossas opiniões nas evidências que estão por aí” (OBAMA *apud* D’ANCONA, 2018, p. 52).

Seguindo essa perspectiva, o perigo se mostra quando o indivíduo semiformado leva o posicionamento estereotipado do grupo com o qual se identifica até as últimas consequências, negando qualquer pensamento discordante, podendo desencadear diferentes formas de conflito e violência, sobretudo quando as opiniões viram agressões e se deslocam do campo virtual para o físico. Há uma real possibilidade de o indivíduo chegar às vias de fato e a violência se concretizar, a exemplo do que Adorno (2020) assevera sobre a ambiguidade do esporte que, em alguns casos, pode estimular e encorajar os espectadores/torcedores a agressão e a brutalidade (ADORNO, 2020).

São situações de extrema barbárie as protagonizadas por membros de torcidas organizadas de futebol, por exemplo, que simplesmente assassina torcedores que estão vestindo a camisa de uma agremiação diferente da sua. É por isso que o pensamento estereotipado flerta com o autoritarismo na medida em que os rótulos *in* ou *out* são atribuídos a possibilidade de viver ou morrer, dependendo de sua inserção ou não no grupo de indivíduos semiformados. (ZUIN *et. al.*, 2015, p. 82-83).

Atualmente, com a ascensão da extrema-direita no mundo e, em particular no Brasil, houve a apropriação das redes sociais para disseminar conteúdos falsos e atacar adversários políticos. No Brasil, os extremistas organizam os seus apoiadores por meio de comunidades digitais e uso intensivo de algoritmos.

Nelas cultivam as suas narrativas fantasiosas e as suas interpretações extremadas da realidade, nelas se organizam, criam laços fortes e identidades coesas; nelas a militância é motivada e deixada de prontidão mediante teorias da conspiração e fake news, através delas se comunicam diretamente com os seus líderes tribais, recebem a pauta do dia e as suas consignas. (GOMES *apud* FRANCO, 2022, p. 441).

Então, como se percebe pelo excerto, trata-se de um fenômeno mundial e o uso das mídias sociais é utilizado cotidianamente para exercer o controle social sobre a população com ideologias que defendem o *status* dominante, quer seja durante a campanha eleitoral, quer seja durante os mandatos. Os discursos fantasiosos desconexos da realidade têm levado as massas semiformadas, insufladas pelas notícias falsas nas redes sociais às vias de fato, descreditando sistemas eleitorais confiáveis e colocando em risco a democracia. Vimos acontecer deliberadamente no Brasil, durante o mandato do então presidente Bolsonaro.

Vale ressaltar a experiência estadunidense da invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump, provocados por ele para contestar os resultados do pleito, que não o reelegeram e apontaram Joe Biden como novo presidente dos Estados Unidos, revoltaram-se e promoveram um caos. O exemplo foi copiado em versão paralela no Brasil, em 8 de janeiro de 2023, quando centenas de extremistas bolsonaristas invadiram o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), praticando vandalismo e gritando palavras de ordem em prol de golpe de estado e instauração de uma ditadura no país. As redes sociais arregimentaram o bando, que seguiu em caravanas vindas de diferentes regiões do país para destruir o patrimônio público.

Ressalta-se ainda a persistência dos golpistas, que estiveram acampados em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, durante meses, anunciado que poderia acontecer o mesmo que aconteceu nos EUA. Por anos, desde a posse de Bolsonaro, o Brasil conviveu com os discursos de ódio e militarização das instituições públicas, além das constantes ameaças de golpe em função da fantasia desvairada do presidente, que insistia na fraude das urnas eletrônicas sem apresentar nenhuma prova, as mesmas urnas que o elegeram, a ele e a própria família que vivem da política há décadas.

A estabilidade do estado democrático de direito brasileiro foi colocada a prova, não somente pelas ações violentas e tentativa de golpe de estado, mas pela sequência de ataques sucessivos em campanhas de desinformação em massa nas redes sociais durante todo o mandato de Bolsonaro. No caso específico da conjuntura brasileira, uma pesquisa de intenção realizada pela Atlas Intel (2023) demonstrou o seguinte: 18,4% dos entrevistados afirmaram concordar com a invasão dos prédios públicos, outros 28% afirmaram que a invasão foi justificada em parte ou completamente justificada. Quando indagados se, em suas opiniões, Lula realmente havia vencido a eleição, 39,7% dos entrevistados descreditavam do resultado do pleito (INTEL, 2023).

A descrença no resultado eleitoral, bem como, a concordância por parte da população com os atos antidemocráticos é alarmante e mostra o poder das redes sociais na ideologização,

sobretudo, se considerado a confiança atribuída às urnas eletrônicas e no sistema eleitoral brasileiro por especialistas nacionais e internacionais. Demonstra, também, que as notícias falsas surtem os efeitos desejados, a saber, preenchem o vácuo da consciência expropriada da população, levando-a a descreditar os fatos e distorcer a realidade em detrimento de narrativas fantasiosas e sedutoras, disseminadas nas redes sociais e em toda a gama de acessos da indústria cultural.

Nesse ponto, parece que a educação e a semiformação se inter cruzam na análise. Em *Prismas: Crítica cultural e sociedade*, Adorno (1998, p. 20) assevera que

em um mundo onde a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de toda maneira o acesso das massas à experiência autêntica das formações espirituais, já não importam tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos.

Em outras palavras, o reflexo de uma sociedade em que a indústria cultural alcançou seu ápice é aquela em que não necessita mais disfarçar a técnica utilizada para dominar e controlar a opinião pública. No caso em voga, a divulgação das *fake news* em grupos e comunidades de indivíduos semiformados nas redes sociais se tornou normal.

Em suma, vemos a naturalização da barbárie, levada a cabo pela semiformação, remetendo-nos à condição fundamental contra a qual a educação deveria empreender esforços para evitar a reprodução de Auschwitz, considerando a ascensão da extrema direita, na atualidade, com claros traços fascistas nos discursos e nas ações.

Hoje, as *fake news* disseminadas em comunidades semiformadas nas redes sociais podem ter implicações severas na realidade objetiva. A semiformação aliena os indivíduos, dificultando a formação crítica, aquela que leva ao questionamento e a não aceitação passiva da realidade paralela alimentada pelas notícias falsas nas redes sociais. Contra a alienação das massas pela semiformação, a educação deve empreender todos os esforços. Adorno (2020, p. 149) diz o seguinte:

Temo que será difícil evitar o reaparecimento de assassinos de gabinete, por mais abrangentes que sejam as medidas educacionais. Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, como serviçais, façam coisas que perpetuam sua própria servidão, [...] contra isso é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento.

Assim, compete à educação esclarecedora, em especial para aqueles que se dedicam a pesquisar na área das humanidades, refletir acerca das implicações éticas da linguagem utilizada nas redes sociais, bem como, sobre a lógica das notícias falsas e seus impactos na sociedade da semiformação, a fim de eliminar as condições fundamentais que tornaram Auschwitz possível

e que continuam reverberando nas sociedades capitalistas contemporâneas em tempos de ascensão da extrema direita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um consenso que as redes sociais têm se tornado um importante ambiente de trocas e ampliação das relações humanas. Contudo, a partir de uma perspectiva dialética é possível inferir que as mesmas mídias que deram voz para os usuários se expressarem, liberando o polo emissor, se tornaram o *locus* de atuação de grupos extremistas e criminosos articulados entorno da indústria de produção e disseminação de notícias falsas nas redes sociais, buscando satisfazer os seus interesses, confundindo, afastando, desinformando os usuários acerca dos verdadeiros problemas que afetam a realidade.

Dessa forma, este trabalho analisou a disseminação de notícias falsas nas redes sociais a partir do conceito de semiformação, proposto por Adorno. Para tanto, realizou-se os seguintes passos na pesquisa: o levantamento do termo *fake news* no contexto contemporâneo, a conceituação da semiformação na Teoria Crítica, bem como, a aproximação entre *fake news* e semiformação e seus impactos na formação da consciência dos indivíduos.

Cada etapa contribuiu significativamente para que o objetivo geral fosse alcançado. O Capítulo 1 evidenciou que as *fake news* são novas formas de desinformar a população através das redes sociais. Tal mecanismo se utiliza da distorção de pesquisas, encobrimento de dados, construção de uma realidade paralela pautada em discursos populistas, extremistas, linguagem sensacionalista e apelo às emoções dos internautas.

A pós-verdade promoveu a espetacularização da sociedade -, as pessoas, as instituições, a linguagem etc. valem o seu valor de exposição. Nessa lógica, a técnica do discurso vale mais do que o conteúdo proferido. As mentes por trás da produção e disseminação de *fake news* em larga escala se aproveitaram dessa racionalidade para promover uma realidade paralela, capaz de confundir internautas e aliená-los em torno de projetos antidemocráticos.

Nesse interim, as redes sociais se tornaram o principal veículo utilizado pelas redes de distribuição de notícias falsas a partir de algoritmos que mantêm os usuários capturados *online*, entregando conteúdos que compactuam com o ponto de vista deles e reforçam a alienação. Os algoritmos servem para captar os gostos pessoais de cada usuário e recomendar os conteúdos que vão atraí-lo, mas sem que seja verificado a veracidade do conteúdo compartilhado, favorecendo a disseminação de notícias falsas. Sabidamente, as mídias sociais lucram com a presença dos indivíduos em suas plataformas, bem como, com o compartilhamento de conteúdo publicitário que atende aos valores do capital e dissemina a cultura do consumo.

Atualmente, grupos jornalísticos, políticos e de estudiosos tem criado mecanismo de checagem de notícias falsas com o intuito de verificar informações dispostas na internet e

validar a veracidade e/ou a falsidade do conteúdo. O Projeto de Lei nº. 2630, que instituiu a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet deve coibir muitas situações, mas há muitos fatores que podem manter o problema, a saber, a inexatidão dos vereditos, a depender da complexidade da manipulação das informações, e o alcance das checagens, se comparado com o alcance das notícias falsas originárias.

A pesquisa constatou ainda que as notícias falsas se proliferam onde o senso comum não é capaz de assimilar os avanços científicos. Dessa forma, compete às universidades criar meios de divulgação dos saberes científicos aos homens comuns, talvez, fazendo uso intensivo das mesmas redes sociais que são utilizadas para alienar. A disseminação massiva dos conhecimentos científicos pode ser uma importante ferramenta de combate às *fake news*.

Os conceitos adornianos para a análise do fenômeno estudado - indústria cultural, semiformação e barbárie, bem como o método da Teoria Crítica, permitem um leque de interpretações acerca da realidade, embora aqui se manteve o foco nas *fake news*, um fenômeno que assola a contemporaneidade. Vimos que a indústria cultural, hoje, foi amplificada com o advento da *internet* e das redes sociais, de forma que conteúdos informativos atingem uma grande massa em um espaço de tempo muito curto, fator que pode aprofundar a semiformação e, conseqüentemente, aproximar a vida social da barbárie.

A indústria cultural se apropriou das redes sociais na sociedade contemporânea como principal meio de comunicação de massas. Nela, os produtos culturais são veiculados de forma simples e acessível, cooptando os usuários aos interesses da classe dominante. Na lógica da sociedade capitalista, a indústria cultural se utiliza das redes sociais para impelir às massas ao consumismo como forma de afirmação da subjetividade. Os conteúdos imagéticos das redes inflam a sociedade sobre o que vestir, o que calçar, o que comer etc., quais restaurantes visitar, quais procedimentos realizar no corpo, quais atividades físicas realizar, quais músicas e estilos musicais escutar, em outras palavras, a indústria dita o que fazer com o tempo livre, o tempo não utilizado para o trabalho.

Os indivíduos cooptados pela indústria cultural não percebem que seus sentidos estão sendo atrofiados. Na busca pela autoafirmação pelo consumo, diante da promessa de felicidade do capitalismo, pelas redes sociais os indivíduos se encontram e reproduzem a engrenagem que massifica e produz a sua própria servidão, conforme prescreve o *status quo* vigente. A regressão dos sentidos leva também a uma regressão do intelecto, perfazendo o que Adorno chama de semiformação. Trata-se da regressão marcada pela atrofia da capacidade de julgar, de forma que o indivíduo semiformado não reflete criticamente, senão sobre aquilo que o sistema permite, tornando-se um receptor passivo da ideologia dominante.

As redes sociais oferecem uma possibilidade ilimitada para a formação humana, mas a indústria cultural continua a ter a função de alienar e de promover a ignorância, no sentido de impedir que os indivíduos percebam a importância da negação, dos opostos e do diálogo como base para construção da própria democracia, deixando-os como escravos das suas “verdades absolutas” e inquestionáveis, como produto último da semiformação. Assim, ficamos mais próximos da barbárie.

As *fake news* seguem a lógica da indústria cultural e tem a função de desinformar e camuflar a realidade, deixando o indivíduo frente a informação que ele quer consumir, reforçando o senso comum. Então, o indivíduo que consome as notícias falsas perde a capacidade de refletir sobre a realidade por acreditar numa realidade paralela que atende aos seus interesses e crenças. É necessário compreender que não se trata de indivíduos ingênuos, mas de pessoas que tem os seus valores e crenças reforçadas intencionalmente para atender aos interesses de grupos e comunidades específicas. Apesar da semiformação ser marcada pela atrofia da capacidade crítica de refletir, os indivíduos semiformados consomem notícias sintetizadas e aceitam o conteúdo informado como sendo uma verdade inquestionável por refletirem a sua própria forma de pensar.

Nesse sentido, é possível inferir que a ligação entre *fake news* e semiformação está relacionado não somente a alienação e a subjugação dos indivíduos à lógica imposta pelo *status quo*, mas também ao consenso e o consentimento. Se, de um lado, as *fake news* disseminadas nas redes sociais impedem os indivíduos de perceber as mazelas que os rodeiam na realidade objetiva, do outro lado, a semiformação submete os indivíduos a sínteses simplórias incapazes de possibilitar a percepção das desigualdades existentes, mas tudo reforçado no seu próprio senso comum. Ambas as possibilidades se localizam entre os limites da desinformação, do consenso e do consentimento.

A regulamentação das redes sociais, bem como, a revisão constante do Marco Civil da Internet, são de fundamental importância em uma sociedade que avança constantemente rumo ao mundo digital. Uma legislação que estabeleça limites para os conteúdos publicados pode ser também uma medida pedagógica, no sentido de alertar os indivíduos acerca do que não podem fazer com a indicação dos motivos. Assim, aqueles que infringirem a legislação, vão sofrer as sanções. É uma temática que precisa ser amplamente trabalhada nas escolas.

Contudo, cabe salientar que, assim como Adorno realizou a crítica à televisão em seu tempo, ressaltando a dialética presente na questão, se deve fazer com as redes sociais hoje. Ou seja, é possível usar as redes sociais para divulgar massivamente o conhecimento científico produzido em toda e qualquer instituição educativa, em qualquer modalidade de ensino,

bastando fazer com as crianças, os adolescentes, os professores e os pesquisadores disseminem notícias verdadeiras, disseminem a ciência produzida historicamente por eles no seu ambiente ecológico.

O *midiaativismo* e o *ciberativismo* podem dar voz às minorias e mostrar as mazelas sociais perpetradas pelo capitalismo nas relações de produção, tornando-se um importante mecanismo antissistêmico; a diminuição das distâncias comunicacionais possibilitam a troca de cada vez mais informações, em cada vez menos tempo, podendo auxiliar na troca de saberes significativos que podem transformar a realidade.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso procurou trazer o debate para o campo da Ética e da Filosofia Política, apontando os impactos das notícias falsas disseminadas nas redes sociais para a formação da consciência dos indivíduos na era da pós-verdade.

Não é do interesse dessa pesquisa, no entanto, encerrar as discussões aqui postuladas, mas ampliar o debate em um ambiente plural e dinâmico, sobretudo educativo e pedagógico como forma de resistência aos processos de massificação e mercantilização das relações humanas. Portanto, realizar a revisão do conteúdo e realizar o aprimoramento dos conceitos abordados neste estudo, além de formativo, atualizou a relevância do problema de pesquisa abordado e fortaleceu a formação de professor.

Por fim, durante a pesquisa foram identificadas possíveis ramificações para análise e desenvolvimento em pesquisas futuras, como a relevância da educação digital e midiática nas escolas, a fim de aprimorar os pressupostos da comunicação humana nas redes sociais, uma educação para lidar com elas com segurança. Da mesma forma, propor soluções para a convivência ética e harmoniosa nas mídias digitais, promovendo o senso crítico, identificando e denunciando os discursos de ódios e as notícias falsas nas redes sociais. No início do século XXI, falava-se na formação, através de cursos de informática, para inclusão dos indivíduos no mundo digital, atualmente, sabe-se que, mais do que inserir, é necessário despertar a reflexão crítica acerca daquilo que está sendo acessado e consumido nas plataformas digitais para evitar a semiformação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **Notas de Literatura I**. Tradução de Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico)

_____. **Minima Moralia**: Reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Prismas**: Crítica cultural e sociedade. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Teoria da Semiformação. *In*: ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Nabuco. **Teoria Crítica e Inconformismo**: Novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7 - 40. (Coleção Educação Contemporânea)

_____; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Resistência à Ciência: Crise de confiança suscita debate mundial sobre como enfrentar ataques ao conhecimento científico. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 284, out. 2019.

ATLAS INTEL. **Invasão do Congresso, do STF e do Planalto**. 10 de janeiro de 2023. São Paulo, 2023.

BERTOLINI, Jeferson. Comunicação humana, comunicação de massa e efeitos da comunicação de massa. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 15, n. 4, p. 18 - 35, abr. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº. 2630, de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944#emendas>. Acesso em: 01 de junho de 2023.

CAMPOS, Nilce. Apreciação Estética e Indústria Cultural. *In*: ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Nabuco. **Teoria Crítica e Inconformismo**: Novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 183 - 196. (Coleção Educação Contemporânea)

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como Instrumentos Mediadores da Aprendizagem dos Nativos Digitais. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 603 - 610, set./dez. 2015.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Tradução de Carlos Zlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Revista Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155 - 169, 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011. (Coleção L&PM POCKET)

DUNKER, Christian. Subjetividade em Tempos de Pós-Verdade. *In*: _____; TEZZA, Cristovão; FUKS, Julián; TIBURI, Marcia; SAFATLE, Vladimir. **Ética e Pós-Verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

ECCARD, Ana Flávia; DURIGON, Salesiano. Questão da Verdade: Um estudo filosófico sobre as fakenews. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 78 - 97, jul./dez. 2021.

FRANCO, Thiago. A Indústria Cultural (Digital) e as Personalidades Autoritárias: A extrema-direita no Brasil contemporâneo. *In*: ZIMMEEMANN, Clovis; DA CRUZ, Danilo. **Políticas Sociais no Governo Bolsonaro**: Entre descasos, retrocessos e desmontes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. p. 439 - 463.

FREITAG, Barbara. **A Teoria Crítica Ontem e Hoje**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GENESINI, Silvio. A Pós-Verdade é uma Notícia Falsa. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 45 - 58, jan./mar. 2018.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **A Filosofia Explica Bolsonaro**. São Paulo: LeYa, 2019.

HELD, David. **Introduction to Critical Theory**: Horkheimer to Habermas. Cambridge: Polity, 2004.

JAY, Martin. **La Imaginación Dialéctica**: Una Historia de la Escuela de Frankfurt y el Instituto de Investigación Social (1923-1950). Tradução de Juan Carlos Curutchet. Madrid: Taurus, 1989.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? (“Aufklärung”). *In*: _____. **Textos Seletos**. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100 - 117.

LOUREIRO, Robson; GONÇALVES, Emerson. (Semi)Formação no Contexto das Fake News e da Pós Verdade na Sociedade Excitada – De Adorno a Türcke. **Revista Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, n. 1, p. 1 - 21, 2021.

NOBRE, Marcos. **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

ORDINE, Nuccio. **A Utilidade do Inútil**: Um manifesto. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016

OXFORD. **Learner's Dictionaries**. 2016. Disponível em:
<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/> Acesso em: 11 nov. 2022.

PATY, Michel. A Ciência e as Idas e Voltas do Senso Comum. **Revista Scientiae Studia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9 - 26, 2003.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**: História, desenvolvimento teórico, significação política. Tradução de Lilyane Deroche-Gurcel e Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz Nabuco. **10 Lições Sobre Adorno**. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção 10 Lições)